

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA**  
**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

**Erica Aparecida Domingues**

**NARRATIVAS E JORNALISMO: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS  
JORNALÍSTICAS DA TV VOTORANTIM (TVV)**

Sorocaba/SP

2017

**Erica Aparecida Domingues**

**NARRATIVAS E JORNALISMO: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS  
JORNALÍSTICAS DA TV VOTORANTIM (TVV)**

Dissertação apresentada à banca examinadora do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Professora Doutora Míriam  
Cristina Carlos Silva

Sorocaba

2017

## Ficha Catalográfica

Domingues, Erica Aparecida  
D718n Narrativas e jornalismo : um estudo sobre as práticas  
jornalísticas da TV Votorantim (TVV) / Erica Aparecida Domingues. --  
2017.  
74 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Cristina Carlos Silva  
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) -  
Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2017.

1. Comunicação de massa – Aspectos sociais. 2. Telejornalismo  
– Votorantim (SP). 3. Jornalismo local – Votorantim (SP). 4. Análise  
do discurso narrativo. I. Silva, Miriam Cristina Carlos, orient. II.  
Universidade de Sorocaba. III. Título.

**Erica Aparecida Domingues**

**NARRATIVAS E JORNALISMO: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS  
JORNALÍSTICAS DA TV VOTORANTIM (TVV)**

Dissertação aprovada como requisito parcial  
para obtenção do grau de mestre no programa  
de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura  
da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em: \_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Ass. \_\_\_\_\_

Pres. Profa. Dra. Míriam Cristina Carlos Silva  
- UNISO

Ass: \_\_\_\_\_

1º Exam. Profa. Dra. Monica Martinez –  
UNISO

Ass. \_\_\_\_\_

2º Exam. Prof. Dr. Arquimedes Pessoni

Os jornalistas são os trabalhadores manuais, os operários da palavra. O jornalismo só pode ser literatura quando é apaixonado. (Marguerite Duras)

## **Agradecimentos**

Ao longo desses dois anos de pesquisa, sou eternamente grata a Deus pela oportunidade de, ainda jovem, já ter concluído meu mestrado e superar as dificuldades encontradas pelo caminho. A meus pais, Nelton e Rosangela, que me proporcionaram a oportunidade de estudo que nunca tiveram. À minha orientadora, Míriam Cristina Carlos Silva, pela paciência e dedicação com que me guiou nessa pesquisa, e que sempre será minha referência de profissional. À TV Votorantim, objeto deste trabalho de pesquisa e veículo em que iniciei minhas atividades como jornalista. Aos professores Monica Martinez e Arquimedes Pessoni, pelas considerações na banca de qualificação. Ao meu noivo, Erick, por nunca me deixar desanimar e pelas leituras dos meus trabalhos. À Capes, pela oportunidade de bolsa. E a tantas amigas, que sou incapaz de citar todas, que me incentivaram e estiveram presente de alguma forma neste trabalho.

A comunicação aumenta a velocidade das realizações e multiplica os resultados. (Siloé Almeida)

## **Resumo**

Esta pesquisa tem como tema o jornalismo, sob a perspectiva das narrativas midiáticas. Como corpus, avalia-se uma seleção de matérias veiculadas pela TVV (TV Votorantim), canal a cabo da cidade de Votorantim/SP. Parte-se do referencial teórico e metodológico das narrativas (BENJAMIN, SILVA, MARTINEZ), da comunicação comunitária (PERUZZO) e do jornalismo público (MORAES, LIMA e MOTA, IRIARTE), entre outros autores. O objetivo geral do trabalho é discutir como se caracterizam as narrativas jornalísticas veiculadas pela TVV. Como objetivo específico, procura-se identificar elementos que indiciam a prática de um jornalismo comunitário, público e local. Adota-se como percurso metodológico a revisão de literatura, buscando-se uma revisão dos conceitos de TV comunitária, jornalismo público e local. É utilizada, ainda, a análise de narrativas. A conclusão deste trabalho é a de que a TVV se utiliza de narrativas jornalísticas que combinam elementos comunitários, públicos e locais, ao atender as demandas da população naquilo que afeta diretamente seu cotidiano, inserindo a comunidade como participante direta de seus processos de comunicação.

**Palavras-chave:** Comunicação comunitária, jornalismo comunitário, TV Votorantim, TVV, jornalismo público, jornalismo local, narrativas jornalísticas.

## **Abstract**

This research has as theme the journalism, from the perspective of media narratives. As a corpus, a selection of material published by TVV (TV Votorantim), a cable channel of the city of Votorantim / SP, is evaluated. It is based on the theoretical and methodological reference of narratives (BENJAMIN, SILVA, MARTINEZ), community communication (PERUZZO) and public journalism (MORAES, LIMA and MOTA, IRIARTE), among other authors. The general objective of the work is to discuss how the journalistic narratives transmitted by TVV are characterized. As a specific objective, it seeks to identify elements that indicate the practice of community, public and local journalism. The methodological approach is based on literature review, seeking a review of the concepts of community TV, public and local journalism. It is also used the analysis of narratives. The conclusion of this work is that TVV uses journalistic narratives that combine community, public and local elements, by meeting the demands of the population in what directly affects their daily lives, inserting the community as a direct participant in their communication processes.

**Keywords:** Community communication, community journalism, TV Votorantim, TVV, public journalism, local journalism, journalistic narratives.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO: A CIDADE DE VOTORANTIM E A TV VOTORANTIM (TVV).....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>TV COMUNITÁRIA, JORNALISMO PÚBLICO E JORNALISMO LOCAL</b>	
<b>30</b>		
<b>4</b>	<b>AS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS DA TVV .....</b>	<b>47</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>68</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>

## 1. Introdução

O tema “Jornalismo” foi escolhido para esta pesquisa de mestrado devido à nossa formação acadêmica em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, concluída em 2014. Dentro dessa área, identificamo-nos com a televisão, na qual passamos pelo estágio, num período de quase quatro anos, quando atuamos como produtora, editora de vídeos e repórter de rua. Ao fazer parte da equipe da TV Votorantim, TVV, surgiu o interesse em pesquisar o jornalismo de caráter comunitário.

A TV Votorantim, TVV, localiza-se na cidade de mesmo nome, Votorantim, interior do estado de São Paulo. Até a década de 60, o município de Votorantim pertenceu à cidade de Sorocaba. A emancipação e a instalação do município ocorreram em 27 de março de 1965.

Votorantim já foi considerada a terra do cimento, devido à instalação do grupo Votorantim e da Votoran. Nos dias atuais, o grupo Votorantim ainda atua na cidade, mas com um rendimento menor na economia local. A cidade se expandiu na área imobiliária e grandes redes de shoppings se instalaram, gerando empregos.

Em março de 2009 foi criada a TV Votorantim, visando a aproximação da comunidade com o canal. Na cidade de Votorantim, até então, não existia nenhum veículo televisivo que pudesse atender a essa necessidade da população, a demanda por um veículo de alcance local.

A TVV conta com uma grade diversa, com programas religiosos, de entretenimento, de esportes, políticos, culturais e com o jornalismo.

A emissora atualmente veicula a sua programação apenas na cidade de Votorantim, mas através do seu site é possível assistir à sua programação. Hoje, a cidade de Votorantim conta com mais de 110 mil habitantes, segundo dados do IBGE. É nesse ambiente em constante desenvolvimento que a TVV também cresce.

Neste contexto de crescimento, tanto da cidade quanto do veículo de comunicação, buscamos identificar, através das narrativas jornalísticas da TVV, veiculadas no primeiro semestre de 2016, além de duas outras, uma de 2015 e outra de 2014, a forma como se constitui a prática de seu jornalismo, quais as suas características e como combina (e se combina) elementos de jornalismo comunitário, público e local.

Como corpus, delimitamos as notícias com maior número de acessos no YouTube, além de outras duas, uma de 2015 e outra de 2014, inseridas por suas características narrativas e por terem sido analisadas durante o estágio que realizamos na TV Votorantim, ao mesmo tempo em que cursávamos disciplinas para este Mestrado em Comunicação e Cultura na Universidade de Sorocaba. Em nossas análises, destacamos a perspectiva da narrativa como

relato da experiência, segundo Benjamin, e como forma de mediação (SILVA e SANTOS, 2015), e tentamos identificar as matérias de cunho narrativo, no modelo de análise usado por Martinez, Pessoni, Ribeiro e Silva (2017). Também buscamos encontrar indícios de aspectos de um jornalismo comunitário, público e local.

Nossa metodologia, portanto, envolve a revisão de literatura, seguida de uma descrição histórica, bem como da análise das narrativas, mas também não descarta a observação direta dos processos de produção jornalística da TV Votorantim, já que, durante a realização deste trabalho de pesquisa, concomitante com a nossa atuação como estagiária, tivemos livre acesso às práticas da TVV e às informações fornecidas por seus dirigentes, Werinton Kermes e Monica Marsal, bem como por todos os colaboradores da TVV, que nos concederam entrevistas formais e informais.

Com este trabalho, pretende-se contribuir para a construção de pesquisas sobre jornalismo, especificamente sobre a TVV, tendo em vista que, como constatamos na revisão do estado da arte, feita em bases de dados como Periódicos Capes, Compós, SBPJor e Intercom, constatamos que embora haja muitas pesquisas sobre jornalismo comunitário, público e local, há apenas uma pesquisa sobre este veículo local, a TV Votorantim, sendo esta de autoria da orientadora deste trabalho, Professora Doutora Míriam Cristina Carlos Silva.

Deste modo, por seu tema – o jornalismo comunitário ou público - e por sua abrangência – a comunidade local, ou seja, a cidade de Votorantim, vizinha à cidade de Sorocaba, onde se localiza a universidade à qual nos vinculamos, esta pesquisa interessa à Universidade de Sorocaba - UNISO, devido ao trabalho que aqui se desenvolve, sendo uma instituição comunitária.

A pesquisa está também em consonância com os estudos do Grupo de Pesquisa em Narrativas Midiáticas (NAMI) da Uniso, e com as pesquisas da orientadora, Profa. Dra. Míriam Cristina Carlos Silva.

Este trabalho tem como hipótese que os telespectadores da TVV buscam o jornalismo da emissora para serem ouvidos, e por se tratar de um meio de comunicação com características comunitárias e/ou públicas, além de local. O pressuposto é o de que isso aconteça devido à aproximação que a comunidade tem com o veículo, que é de fácil acesso.

O primeiro capítulo aborda, a partir de um panorama histórico / descritivo / narrativo, a história da cidade de Votorantim e, conseqüentemente, a história da TV Votorantim. Tal panorama se faz necessário para se contextualizar a comunidade da qual a TV faz parte, bem como para se esclarecer a natureza da TVV, como se deu o seu surgimento e como é o seu funcionamento.

Já o segundo capítulo trata dos conceitos que nortearam a pesquisa, sobretudo as ideias de TV comunitária, jornalismo público e jornalismo local. Neste capítulo, além de expor tais conceitos, procuramos ilustrá-los com exemplos oriundos das práticas da TVV, além da tentativa de relacioná-los.

O último capítulo trabalha com a perspectiva epistemológica e metodológica das narrativas. Avaliamos as narrativas jornalísticas, produzidas pela TV Votorantim no primeiro semestre de 2016, além de duas narrativas específicas, uma de 2015 e outra de 2014, para identificar elementos que caracterizem o jornalismo ali praticado.

A conclusão deste trabalho é a de que a TVV se utiliza de narrativas jornalísticas que combinam elementos comunitários, públicos e locais.

## 2. Contextualização: a cidade de Votorantim e a TV Votorantim (TVV)

Para explicar sobre a comunicação realizada pela TVV, a TV Votorantim, é necessário delimitar-se o contexto em que essa mídia atua, sobretudo pelo fato de que pretendemos abordar a TVV pelo viés da comunicação comunitária.

Assim, neste capítulo, construímos, a partir de informações obtidas em documentos oficiais, entrevistas e conversas informais com os diretores, Werinton Kermes e Monica Marsal, além de nosso acesso direto às informações e da possibilidade de observar a dinâmica de trabalho quando exercíamos a função de estagiária na TVV, e, por último, consulta a pesquisas realizadas por historiadores do tema, uma breve narrativa sobre a história da cidade de Votorantim, bem como uma descrição que permite oferecer um panorama sobre o município. Entende-se que essa narrativa, de caráter também descritivo, utilizada como parte de nosso percurso metodológico no desvelamento do objeto, permitirá a reflexão sobre as relações entre a comunidade local e a mídia que a representa, pois, como se verá adiante, a TVV é a única TV local, o que permite inferir que a sua inserção nos interesses que afetam diretamente a comunidade pode ser bastante significativa.

A cidade de Votorantim fica no interior de São Paulo, na região metropolitana de Sorocaba (quarta maior do país, abaixo das regiões metropolitanas de São Paulo, de Campinas e do Vale do Paraíba e Litoral Norte). Antes de se tornar um município, foi um distrito de Sorocaba, criado pela Lei no 1.250, de 18 de agosto de 1911, e instalado em 25 de fevereiro de 1912.

Na década de 60, a população começou a se manifestar a favor de um plebiscito, vendo que apenas a prefeitura de Sorocaba ficava com os impostos, o que resultava em poucas melhorias para o então distrito. O plebiscito para emancipação política do município foi realizado em 10 de dezembro de 1963 (QUEIROZ, 2015).

A fundação propriamente dita aconteceu com a Lei no 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, e o município foi instalado em 27 de março de 1965. Entretanto, o aniversário da cidade é comemorado no dia 8 dezembro, sendo que se elegeu como santo padroeiro São João Batista (QUEIROZ, 2015).

O nome da cidade tem origem com os índios, os seus primeiros habitantes, segundo Queiroz:

A palavra Votorantim é originada das palavras “Botu-ra-ti”/Boturantim/Vuturaty, que do Tupi-Guarani significa Grande Espuma Branca ou Cascata Branca, atribuída ao vilarejo nascente e que posteriormente originou o nome Votorantim. Hoje, a

Cachoeira da Chave, popularmente conhecida como Cascata Branca, é uma das maiores atrações turísticas do município (QUEIROZ, 2015, p. 8).

Concordamos com a menção de Queiroz sobre a Cascata Branca, pois se trata de uma cachoeira localizada em área central, de uma beleza exuberante, entretanto, afetada diretamente por problemas que traduzem o crescimento desordenado da cidade de Votorantim, já que o local apresenta materiais descartados por uma sociedade de consumo, tais como garrafas plásticas, sacolas, entre outros, além de servir como abrigo a moradores de rua e, sobretudo, usuários de drogas.

A área total do município soma 184,099 quilômetros quadrados, com densidade demográfica de 591,04 habitantes por quilômetro quadrado e, com uma população, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 108.809 habitantes, dos quais 54.013 são do sexo masculino e 54.796 pertencem ao sexo feminino. Os municípios limítrofes são Sorocaba (4,6 km), Piedade (25 km), Ibiúna (52,4 km), Salto de Pirapora (24 km) e Alumínio (28 km).

Entre as principais atividades econômicas, destacam-se a industrial, a agropecuária, o turismo e o comércio, e os acessos para a cidade incluem importantes rodovias, tais como a Castelo Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Santos Dumont (SP-79) – que liga o município ao litoral sul do Estado – e a Rodovia João Lemes dos Santos (SP-264). A facilidade de acesso à ligação rodoviária com o litoral fez com que muitos votorantinenses empreendessem na ocupação imobiliária de Ilha Comprida – SP. Hoje, em Ilha Comprida, além das casas de veraneio, existem muitas pousadas e comércios cujos proprietários são votorantinenses. A APEVO (Associação de Pensionistas de Votorantim) possui uma colônia de férias na Ilha, o que referenda a ligação de longa data entre as duas localidades.

São considerados atrativos da cidade a Represa de Itupararanga, o Rio Sorocaba, a Cachoeira da Chave, a Cachoeira do Cubatão e a Prainha Santa Helena. Sobre a abundância hídrica do município, Queiroz esclarece:

O diagnóstico de abundância de água para a Bacia Tietê/Sorocaba se confirma plenamente no município de Votorantim, já que, além dos rios Sorocaba e Ipanema, existem duas represas e 16 córregos e ribeirões. Dada a proximidade de suas nascentes, o Rio Sorocaba, que tem como principais afluentes o Cubatão e o Ipaneminha, torna-se o principal produtor de água para os habitantes de Votorantim, o que não acontece com os outros municípios à jusante devido à qualidade de suas águas, já que nesses locais o Rio Sorocaba apresenta metais pesados. Inclusive, é no município de Votorantim que Sorocaba capta água para seu uso (QUEIROZ, 2015, p. 22).

Quanto à emancipação do município, segundo o historiador Cesar Silva (2015a), em entrevista para este trabalho, Votorantim foi beneficiada pela Lei Quinquenal, que permitia que a cada cinco anos fossem dadas as permissões aos distritos interessados para iniciar os procedimentos de emancipação, com o fim de levar o pedido à Assembleia Legislativa do Estado. Nos anos 60, vários municípios da região de Sorocaba se emanciparam. Votorantim foi o último a se desmembrar da região de Sorocaba, sendo precedido por municípios como Itapetininga, Tatuí, Cesário Lange, Botucatu, São Manuel, Areiópolis, Avaré, Piraju, Sarutaiá, Itapeva, Itaporanga, Riversul.

Um dos principais motivos para o desejo de desmembramento e, por outro lado, para a resistência de Sorocaba, era o alto lucro que o grupo Votorantim revertia em impostos para a administração pública, e que pouco resultava em investimentos no distrito de Votorantim, já que os impostos que a prefeitura arrecadava ficavam para Sorocaba. Até mesmo as escolas e creches eram oferecidas pela fábrica, não pela administração pública.

Foi assim que o movimento do plebiscito começou a ganhar força nos anos de 1960. Os moradores que se empenharam nessa luta foram chamados de vanguardeiros, e cada membro do movimento era reconhecido com uma carteirinha:

(...) sendo que alguns, além de receberem as carteirinhas, também recebiam um diploma, estes últimos eram os organizadores da campanha, e ambos eram emitidos nas dependências do Clube Atlético Votorantim. Os “Vanguardeiros”, além de vários paramentos, como camisa do “SIM”, bandeiras, cortinas, bolsas e aventais, tinham o “Hino dos Vanguardeiros” e um “hino da independência”, o que além de enaltecer a figura do “Vanguardeiro”, acendia uma paixão maior para lutar por uma Votorantim livre (QUEIROZ, 2015, p. 80).

Os vanguardeiros foram os protagonistas pelo desmembramento do distrito, e realizavam mobilizações populares com apoio da empresa Votorantim, com a finalidade de aumentar o número de pessoas favoráveis à emancipação político-administrativa.

Segundo o historiador César Silva (2015a), em entrevista concedida para esta pesquisa, os vanguardeiros tiveram apoio do Grupo Votorantim por questões conjunturais, já que a grande massa de operários residia nas vilas operárias (Chave, Barra Funda, Vila da Light, Votocel, Santa Helena, Fazenda São Francisco e Vila Olímpia) e conviviam com o descaso do governo sorocabano em relação a melhorias no distrito de Votorantim, o que gerava insatisfação dos populares. Já o Grupo Votorantim arcava com a construção e funcionamento de espaços como três pré-escolas, um estádio, um clube, uma creche, entre outros. Na verdade, segundo Silva, César (2015a), um interesse do Grupo era evitar que o ICM, que era o imposto cobrado na época, fosse aumentado pela Prefeitura de Sorocaba, já

que havia autonomia do município quanto à aplicação da alíquota; então, com a emancipação, possivelmente os governantes locais de Votorantim estariam mais afinados e próximos à gerência de fábricas do Grupo. E foi graças a esse movimento pioneiro que o “sim” venceu o plebiscito.

Esse grupo que encampou o desejo coletivo do “SIM”, além de várias reuniões, carreatas e passeatas visando garantir o desmembramento com suas mobilizações, contagiaram (sic) toda a população na época, aclamando a vitória esmagadora do “SIM” (QUEIROZ, 2015, p. 22).

Após a emancipação houve festa, e promessa de melhorias para a nova cidade, tais como construção de creche.

Com a vitória do SIM houve grande passeata no distrito. O industrial José Ermírio de Moraes Filho prometeu doar a sede do governo e construir escolas para o novo município e, o gerente das Indústrias Votorantim, Mathias Gianolla afirmava que o povo que não quer liberdade será sempre vassalo. Já, nos festejos da emancipação foi indicado para candidato a prefeito o Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba, Pedro Augusto Rangel. Nesse dia o “trabalho foi livre nas indústrias Votorantim”. Nos dizeres do articulador da campanha emancipacionista, o Sr. Mathias Gianolla: “já me retirei da campanha: Votorantim é do povo” (MOTA JÚNIOR, 2006, p. 35).

A instalação do município foi feita após o golpe militar, em 27 de março de 1965. A sua primeira eleição também foi no mesmo ano, em 7 de março, nomeando o primeiro prefeito de Votorantim:

Em 1964, houve um golpe militar e, por conta dos acontecimentos relacionados a esse fato, foi protelada a data da instalação do município, sendo nomeado para subprefeito, do então distrito de Votorantim, o Sr. Pedro Augusto Rangel, por Armando Pannunzio, então prefeito de Sorocaba, no dia 9 de abril de 1964 (QUEIROZ, 2015, p. 80).

Por se tratar da primeira administração autônoma da cidade, muitas dificuldades foram encontradas na primeira gestão. Queiroz explica que o prefeito Pedro Augusto Rangel não tinha sede para trabalhar, e que os funcionários que queriam exercer suas funções precisavam trazer ferramentas, como pás e enxadas, de suas próprias casas.

Nesse momento foi muito importante a ajuda do Grupo Votorantim, que doou um casarão na antiga Rua do Comércio, atual Av. 31 de Março, para funcionar a Prefeitura e suas secretarias, também emprestando caminhões e maquinários, além de doar os impressos (QUEIROZ, 2015, p. 82).



O que se percebe, portanto, é a centralidade do Grupo Votorantim na criação do município, bem como na produção de recursos para a autonomia da cidade.

Após a emancipação, no entanto, este quadro se tornaria bastante distinto.

No final dos anos 60 e 70, houve um grande impulso de urbanização da cidade de Votorantim. A fábrica de cimentos do Grupo Votorantim, que já estava instalado na cidade, sendo responsável por empregar a maior parte da população do município, resolve expandir-se ainda mais, atraindo uma grande leva de migrantes de todos os estados do país.

Assim começa um crescimento dos mais significativos na cidade de Votorantim e com alguns dados oficiais percebe-se, de forma bastante clara, que o grande crescimento demográfico se deu no período de 1970 a 1980, quando a população quase duplicou, com um incremento de aproximadamente 10% ao ano (QUEIROZ, 2015, p. 83).

Com o crescimento populacional na cidade, os bairros tiveram que se expandir, e surgiram cada vez mais novas casas, chácaras, vilas e parques:

Ao nordeste, o Jardim São Luiz e o Jardim das Colinas concretizam a expansão do Rio Acima e do Jardim Toledo. Na área mais antiga, novos bairros, como Jardim Paraíso e Parque Morumbi, unem-se à Vila Albertina. Na segunda metade dos anos 1970, a expansão atinge o extremo oeste com o Parque Novo Mundo e as Chácaras Santa Maria, e também a região sul tem uma elevada expansão, com a criação dos loteamentos da Vila Galli e Jardim Serrano. Os anos 1980 são marcados pela continuidade da expansão oeste, no grande vazio de aproximadamente seis quilômetros entre o centro e o Parque Tatiana e o Green Valley. Ao leste, a Colina Santa Mônica e o Vale do Sol se unem a dois projetos de habitação popular, a Cohab (1981) e o Promorar (1984), ocupando os espaços mais extremos desse setor. Ao sul, seguindo a estrada para Piedade, novos loteamentos vão se concretizando. Aliás, estradas são ponto de referência para novas ocupações, como é o caso, também, da Rodovia Sorocaba-Salto de Pirapora (QUEIROZ, 2015, p. 15).

Segundo Silva, César (2015a), em entrevista concedida por e-mail para esta pesquisa, Votorantim já foi considerada a terra do cimento, devido à instalação do Grupo Votorantim. Os trabalhos nessas empresas já foram responsáveis por gerar a maior economia da cidade. O Grupo Votorantim surgiu a partir da Sociedade Anônima Indústrias Votorantim e representa o conjunto de fábricas desse conglomerado industrial; a fábrica de cimento Votoran, sediada no bairro de Santa Helena, e que entrou em operação em 1936, é uma dessas empresas pertencentes ao Grupo.

Na década de 90, esse trabalho foi diminuindo gradativamente, sendo que a crise econômica e a alteração da mão do homem para a máquina influenciaram para esse contexto.

Nos dias atuais, o grupo Votorantim ainda atua na cidade, mas com um rendimento menor na economia votorantinense:

Era a cidade que mais contribuía para a extração e beneficiamento desse produto até o final do século XX. Porém, com a exploração atingindo profundidades cada vez maiores e com os custos de produção cada vez mais altos, o Grupo Votorantim decidiu transferir os trabalhos para o município de Salto de Pirapora, onde foi instalada a Fábrica de Cimento Santa Rita (QUEIROZ, 2015, p. 90).

Nessa época, tudo girava em torno da quantidade de empregos que era oferecida pelo distrito industrial, como eram chamados os locais próximos à fábrica de cimentos do grupo Votorantim, onde era recrutada toda a mão de obra local, e os funcionários oriundos de outras cidades vinham em busca de carteira de trabalho assinada e melhores condições de vida, uma vez que a empresa fornecia escola, creche para os filhos dos funcionários e casa para os trabalhadores. Os funcionários tinham tudo o que precisavam – em relação às necessidades básicas do cotidiano – na zona industrial.

Chamada de minicidade, a Vila Santa Helena oferecia duas escolas, bondinho como meio de ligação às estações do bairro Votocel e do antigo centro de Votorantim, e, ainda segundo Silva, César (2015a), em entrevista para este trabalho, era um bairro tido como referência às outras vilas operárias à sua volta, como a fazenda São Francisco, Vila Baltar, Vila Olímpia e Vila da Light. Após o trabalho, os funcionários chegavam às casas, com suas esposas e crianças à espera na porta. As roupas eram colocadas no varal e tinham que ser lavadas mais de uma vez, pois o cimento “infestava” tanto as roupas quanto as casas com chão limpo.

O Bairro da Chave também é operário, mas, além disso, é lembrado pelas enchentes que ocorreram na década de 80. Pesquisadores da história local afirmam que a primeira ocorreu em 1929 (QUEIROZ, 2015), e as posteriores, que são contadas até hoje por moradores do bairro que presenciaram o ocorrido, foram em 1982, 1983 e 1986, sempre gerando perdas consideráveis. A beleza da cachoeira localizada no bairro, e que virou ponto turístico da cidade, deu nome ao vilarejo e depois ao município. Queiroz (2015) conta que a maior atração do lugar é a cachoeira denominada pelos indígenas de Botu-ra-ti/Boturantim, cujo étimo em Tupi-Guarani significa Grande Espuma Branca ou Cascata Branca, e que já recebeu a visita do Imperador D. Pedro II. Além disso, o município é denominado como o berço do samba, já que foi nele que surgiram as primeiras manifestações carnavalescas, como, por exemplo, nos anos 30, a primeira escola de samba, Caprichosos de Votorantim; nos anos 40, a Unidos da Vila; e, posteriormente, a Império da Vila.

Já a Vila operária da Light deixou de existir. Iniciou-se no século passado, com 70 casas da região de Santa Helena, para acomodar trabalhadores e seus familiares, e para manter o funcionamento da usina da Light, que fica abaixo da represa de Itupararanga. O local exercia fascínio não somente nos moradores, mas também nos visitantes, pela sua belíssima visão, tanto para quem passa pela usina e enxerga a imensidão da represa da Light ou pelo paraíso natural, a cachoeira da Serra de São Francisco, com uma queda de 50 metros. Mas, em 1974, as famílias aos poucos foram deixando as casas a pedido da empresa. Hoje, a vegetação tomou conta do lugar, e outra parte foi demolida. O local é particular, mas alguns turistas conseguem entrar mato adentro para apreciar a beleza natural.

Outro bairro, o Barra Funda, é o único que conta com hospital e cemitério, o São João Batista, que fica na parte mais alta. Outra marca do bairro é o fato de ter sediado o primeiro cinema da cidade.

Barra Funda pouco cresceu mesmo após a emancipação, o bairro ganhou esse nome por ser formado na parte baixa do município no início do século passado. Os bairros da Chave e B. Funda formam um conjunto de 440 casas que tiveram a finalidade de fixar a massa operária no entorno da fábrica de tecidos de Votorantim. Parte da Barra Funda se destacou pela arquitetura das casas seguindo o estilo inglês. Eram destinadas a chefes e encarregados. Infelizmente ao longo do tempo foram sendo descaracterizados pelas reformas (SILVA, César, 2015a, p. 1).

No ano de 1948, foi instalada a fábrica Votocel, do Grupo Votorantim, em torno da qual começaram a ser instaladas as casas, formando mais uma vila operária. Segundo Cesar Silva, em artigo publicado no jornal Gazeta de Votorantim (2014), a empresa foi construída para atender ao mercado na fabricação de embalagens destinadas a produtos como maços de cigarros, bolacha, macarrão e outros alimentos que necessitassem de revestimentos de celulose. Foram construídas 112 casas, contando com armazém, pré-escola, grupo escolar, associação desportiva e agência bancária. Toda manutenção do bairro era feita pela empresa.

Silva, César (2014) conta que a empresa não se modernizou, já prevendo que o celofane não teria um mercado tão grande futuramente, perdendo espaço então para a empresa argentina Vitopel. A data era julho de 1995, quando os funcionários tiveram uma surpresa desagradável:

O desemprego se tornou realidade para 321 funcionários. Todos foram pegos de surpresa na entrada do primeiro turno e na saída do turno da noite. Já eram encaminhados a fazer exame médico de demissão em várias tendas montadas na fábrica (SILVA, César, 2015a, p. 1).

Os salários dos ex-funcionários eram tidos como dos mais altos da cidade, possibilitando maior crédito na região, em estabelecimentos como mercados e açougues. O bairro tinha o apelido de ser o mais “cheiroso”, devido o odor que a empresa deixava exalar pela falta de filtro, com o enxofre e solventes.

No final da década de 90 e início de 2000, o município assistiu de perto à desativação do parque industrial “Fábrica de Cimento Votoran”, com a sua transferência. Nos dias atuais, apenas o setor administrativo funciona no local.

Hoje, o município cresce constantemente na área imobiliária, comercial, com instalação de *shopping* e redes famosas de *fast food*, valorizando as residências da Av. Gisele Constantino. Com este panorama, pode-se perceber que a cidade de Votorantim, que nasce de uma estreita relação com o Grupo Votorantim, necessitou reinventar-se, adaptando-se às consequências de quadros econômicos e políticos que se alteraram significativamente com a história da cidade. Hoje, é notória a prevalência das atividades do comércio e a expansão imobiliária (SILVA, Carlos, 2013a), que envolve um grande número de novos condomínios, horizontais e, especialmente, verticais, o que pode significar um aumento significativo da população vinda de outras cidades e estados. Com a maioria das necessidades básicas atendidas, trata-se de uma comunidade mais informada, ciente de seus direitos e que busca mais lazer, cultura, entretenimento e educação.

Nos aspectos culturais, trata-se de uma cidade com muitas tradições, tais como a Festa Junina de Votorantim (que será detalhada no final deste capítulo), e o futebol. Em Votorantim, nasceram times de futebol entre os pioneiros do país. Os campeonatos de futebol de várzea compuseram (e ainda compõem) uma longa e importante tradição da cidade.

A data era 1900, quando nascem os primeiros times de futebol, o Athletic Clube, criado pelos irmãos ingleses John e Willian Snapp, engenheiros que vieram para a construção da fábrica de cimentos. A bola começa a rolar também para o time Sport Clube Savoia, criado por italianos, em janeiro de 1900. Lembramos que Votorantim, então distrito de Sorocaba, ganhou autonomia política e administrativa somente em 1965 (QUEIROZ, 2015, p. 115), portanto, o futebol nasceu antes da emancipação da cidade. As partidas aconteciam nas folgas dos funcionários no pátio da empresa. O time era formado em sua maioria por imigrantes vindos da Itália.

O Votorantim passou a ser o clube oficial da fábrica, enquanto o Savóia jogava na várzea. Em 1901, o distrito já contava com mais dois times, o Sport Club Colonial e o Sport Club Germânia, também varzeanos. Em dezembro de 1902, foi fundada outra agremiação histórica, o Club Atlético Sorocabano. Em 1905, um surto de

febre amarela na região fez com que muitos ingleses voltassem ao seu país. Com isso o Votorantim Athletic Clube amargou a decadência e quase fechou. Ao contrário, o Savóia não parava de crescer. Os próprios irmãos Snapp lideraram uma comissão para que o time fosse elevado à condição de equipe principal da fábrica (QUEIROZ, 2015, p. 116).

Um das curiosidades do futebol em Votorantim, que os amantes do futebol da cidade contam, é que o Palestra Itália, hoje conhecido como Palmeiras, escolheu para padrinho o Savóia:

O jogo foi realizado no centenário Estádio Municipal Castelões, hoje denominado Domenico Paolo Metidieri, em Votorantim, e os dois times ostentaram em suas camisas a “Cruz de Savóia”, símbolo da Itália unificada, com o escudo. O Palmeiras venceu por 2 X 0, gols de Bianco cobrando falta e Alegretti, de pênalti, e ganhou seu primeiro troféu, a “Taça Savóia” (QUEIROZ, 2015, p. 116).

Com a falência do Banco União, em 1917, o imigrante português Antônio Pereira Inácio, juntamente com seu amigo italiano Francisco Scarpa, arrendaram as instalações da fábrica de tecidos e criaram as indústrias Votorantim.

Esta continuou dando apoio à equipe de futebol do Savóia, inclusive trazendo jogadores que eram registrados como funcionários da fábrica, num procedimento que se tornaria comum na fase pré-profissional do futebol. Com fartura de recursos, não foi difícil ao clube construir seu estádio, que foi inaugurado em 28 de setembro de 1924. Numa demonstração de força, trouxe para a festa inaugural as equipes do Sport Club Germânia e Club Atlético Paulistano, este tendo em seu elenco o então já consagrado Arthur Friedenreich. Nesse mesmo ano, José Ermírio de Moraes assumiu cargo diretivo na Indústria (QUEIROZ, 2015, p. 115).

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1942, o time foi obrigado a mudar de nome:

O Brasil entrara no conflito e um decreto presidencial obrigava as agremiações que lembrassem Itália, Alemanha e Japão a mudarem de nome. Em 21 de dezembro de 1942, o Savóia passou a chamar-se Clube Atlético Votorantim. A antiga camisa azul, com gola branca, deu lugar a um uniforme grená. Mesmo assim, o clube seguiu seu destino. Em 1947 conquistou o título da Liga Sorocabana de Futebol. De 1948 a 1952 disputou a Segunda Divisão do Campeonato Paulista de Futebol (QUEIROZ, 2015, p. 116).

Já em 1952, com a ascensão de José Ermírio de Moraes na direção da empresa, não houve mais apoio ao time, e em consequência, o departamento de esporte foi desativado:

O Clube Atlético Votorantim, ex-Sport Club Savóia, foi fundado no dia 1 de janeiro de 1900. Quando seu departamento de futebol foi desativado em 1952, seus atletas foram transferidos ao E. C. São Bento de Sorocaba, continuando como um dos

principais clubes sociais da região, até o fim da década de 1990. A cidade teve mais um novo time profissional, o Votoraty Futebol Clube, fundado em 12 de maio de 2005, que disputou o campeonato paulista da Série A3 e A2 deixando de representar a cidade no ano de 2010, quando foi extinto (QUEIROZ, 2015, p. 118).

Até hoje em Votorantim o futebol motiva amantes do esporte, veteranos e novas gerações. A Copa Brasil de Futebol Infantil reúne sempre em janeiro centenas de olhares para o campeonato, que traz grandes times da categoria sub-15:

Realizada todo ano no mês de janeiro, a Copa Brasil de Futebol Infantil, tem a participação de equipes de todo o Brasil, e já teve a participação de destaques como os jogadores Robinho, Neymar e muitos outros quando estes jogaram pela equipe de base de seus times, participando da Copa Brasil em Votorantim. Essa modalidade de competição é realizada no Estádio Municipal Domingos Paolo Metidieri. Existem campos de futebol em quase todos os bairros da cidade, destacando-se os três mais importantes: o Estádio Municipal Domingos Paolo Metidieri, que se localiza na região central da cidade; o Centro Esportivo Recreativo Municipal Aldovir Gori (CERMAG), instalado no bairro do Rio Acima; e o Estádio do SESI, localizado na entrada da cidade (QUEIROZ, 2015, p. 21).

Portanto, a tradição do futebol permanece viva na cidade, e a Copa Brasil de Futebol Infantil, ou como é mais conhecida, a Copinha, motiva também os profissionais da TV Votorantim, que realizam a cobertura completa do evento há seis anos.

Neste sentido, vale ressaltar a união entre a tradição e a inovação que representam a Festa Junina de Votorantim, que chegou ao centésimo aniversário em 2015. Trata-se da maior Festa Junina do interior de São Paulo, com a finalidade primeira de arrecadação financeira para entidades filantrópicas da cidade, que ao todo somam mais de vinte.

A festa teve início em um vilarejo operário, em uma modesta igreja, diante da fábrica de tecidos, na segunda década do século. Segundo Silva, em artigo publicado no jornal Gazeta de Votorantim (2013), os moradores fizeram uma pequena procissão pelas ruas do Bairro da Chave e Barra Funda, e a festividade era marcada por brincadeiras tradicionais como pau-de-sebo, fogueira, quadrilha e fogos.

No início, as comemorações eram celebradas no chafariz Anita Garibaldi, depois, foram transferidas para a Praça José Ermírio de Moraes. Em 1982, a enchente castigou a região, destruindo a igreja.

Na década de 70, a igreja matriz tinha apenas duas barracas, uma para vender ursos de pelúcia, e a outra com comidas e bebidas.

Com a destruição da igreja pela enchente, o objetivo da festa passou a ser a reconstrução. A nova igreja ficou pronta na década de 80. Vendo que o objetivo havia sido alcançado, o então monsenhor, Antônio Missiria, passou a responsabilidade da festa para a

comissão municipal de assistência social. A festa permaneceu com duas barracas, e outras entidades passaram a participar a fim de conseguir angariar fundos.

Nos dias atuais, mantém-se a tradição de, no mês de junho, esperar o evento que celebra os três santos, Santo Antônio, São João e São Pedro, reunindo centenas de pessoas que vêm de todo o estado de São Paulo para prestigiar as comidas típicas e shows. Faz parte também da comemoração a corrida de São João, que em 2014 chegou a sua octogésima quinta edição, com 640 atletas, segundo Queiroz. O historiador completa:

A largada aconteceu no dia 22 de junho de 2014 e contou com as categorias de quatro e oito quilômetros. O evento foi organizado pela Secretaria de Esportes e Lazer (Sespol) em parceria com a Associação de Atletismo Santi Pegoreti (AASP). A Corrida de São João é a segunda mais antiga do Estado de São Paulo e faz parte das comemorações da Festa Junina de Votorantim (QUEIROZ, 2015, p. 122).

Assim, percebe-se que elementos da cultura tradicional foram preservados ao longo do tempo, entretanto, somados a significativas transformações pela cultura das mídias. No lugar das brincadeiras juninas, hoje resta um parque de diversões e brinquedos eletrônicos. A culinária tradicional também passou a conviver com o comércio de produtos industrializados e itens deslocados do contexto “junino”. Os shows obedecem às agendas midiáticas, com a inserção dos nomes mais mencionados pelos veículos de comunicação. São “megashows”, com gêneros que incluem o sertanejo, o gospel, o pop rock, o pagode, o funk e atrações infantis relacionadas ao circuito audiovisual, tais como “Frozen”. As músicas tradicionais dos festejos juninos perderam espaço. O que se observa, portanto, é um fenômeno de canibalização cultural, no qual a cultura midiática vem ganhando cada vez mais espaço, enquanto que a cultura tradicional, ainda que permaneça, em alguma medida, torna-se cada vez mais frágil e tímida.

É nesse contexto de crescimento, mudança, e lembranças que está localizada a TV Votorantim, da qual vamos tratar no tópico seguinte.

### **TV Votorantim, TVV**

Em outubro de 2009 ocorre a instalação oficial da TV Votorantim, a TVV (SILVA, Carlos, 2013a), com o objetivo primeiro de uma aproximação com a comunidade, ao propor debater temas de interesse local. Silva, Carlos (2013a) explica que o canal surgiu valendo-se

da Lei Federal nº 8.977/95<sup>1</sup>, na tentativa de ser de fato um canal comunitário. Naquele momento, era “mantida pela Associação dos Usuários da TV Comunitária de Votorantim e administrada pela Associação Cultura Votorantim e Associação Audiovisual Francisco Beranger” (SILVA, Carlos, 2013a, p. 191). Também segundo Silva, o auxílio do poder público municipal estava “limitado a parcerias, como, por exemplo, a transmissão das sessões da Câmara Legislativa e de alguns dos eventos desenvolvidos pelas secretarias municipais” (idem, p. 192). Silva prossegue, explicando que a TVV faz parte da ACESP (Associação dos Canais Comunitários do Estado de São Paulo), e, ainda, da ABCCOM (Associação Brasileira dos Canais Comunitários). E que, em 2013, a programação chegava a:

24 horas diárias, com uma grade que contempla distintos segmentos da sociedade. Aproximadamente 70% destas 24 horas são realizadas e transmitidas ao vivo, em estúdio, a partir de parcerias com a própria comunidade: igrejas, entidades assistenciais, ONGs, artistas populares, profissionais liberais, entre outros, são produtores e responsáveis por seus próprios programas. Os outros 30%, não produzidos ao vivo, estão concentrados no horário da madrugada e constituem-se de reprises da programação exibida durante o dia (idem, p. 192).

Pelo exposto, percebe-se que a TVV nasce com o intuito de ser uma TV comunitária de direito e de fato, entretanto, por impasses com a própria operadora, a Super Mídia, e por grandes dificuldades de subsistir, principalmente em seu primeiro ano de funcionamento, passou a operar, do ponto de vista legal, como um canal comercial, pagando à operadora, desenvolvendo programas próprios e ainda repassando e cobrando pelo espaço dos chamados parceiros, responsáveis por programas independentes, mas com conteúdo local e de caráter

---

<sup>1</sup> CAPÍTULO V - DA OPERAÇÃO DO SERVIÇO - Art. 23. A operadora de TV a Cabo, na sua área de prestação do serviço, deverá tornar disponíveis canais para as seguintes destinações: I - CANAIS BÁSICOS DE UTILIZAÇÃO GRATUITA: a) canais destinados à distribuição obrigatória, integral e simultânea, sem inserção de qualquer informação, da programação das emissoras geradoras locais de radiodifusão de sons e imagens, em VHF ou UHF, abertos e não codificados, cujo sinal alcance a área do serviço de TV a Cabo e apresente nível técnico adequado, conforme padrões estabelecidos pelo Poder Executivo; b) um canal legislativo municipal/estadual, reservado para o uso compartilhado entre as Câmaras de Vereadores localizadas nos municípios da área de prestação do serviço e a Assembleia Legislativa do respectivo Estado, sendo o canal voltado para a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões; c) um canal reservado para a Câmara dos Deputados, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões; d) um canal reservado para o Senado Federal, para a documentação dos seus trabalhos, especialmente a transmissão ao vivo das sessões; e) um canal universitário, reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço; f) um canal educativo-cultural, reservado para utilização pelos órgãos que tratam de educação e cultura no governo federal e nos governos estadual e municipal com jurisdição sobre a área de prestação do serviço; g) um canal comunitário aberto para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos; h) um canal reservado ao Supremo Tribunal Federal, para a divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça; (Alínea incluída pela Lei nº 10.461, de 17.5.2002).



comunitário. A partir de então, somou-se à Provocare, pessoa jurídica de uma sociedade limitada que incorpora as atividades de produtora, editora e promotora de eventos.

Na cidade de Votorantim, no ano da criação da TVV (2009), não existia (e não existe até então) nenhum outro veículo televisivo que pudesse atender a essa necessidade da população, a de tratar das questões locais, com mais informalidade e com abertura para debates ao vivo. Neste sentido, apesar de não ser legalmente um canal comunitário, mas sim um canal comercial, com a lacuna que preencheu, a inserção de programação local, passou a se portar, e ainda se coloca, em muitos aspectos, de forma comunitária.

Se hoje a TVV comporta uma grade diversa, com programas de cunho religioso, de entretenimento, esportes, políticos, culturais e jornalísticos (idem), em seu início isto era muito diferente, pois o funcionamento da TV dependia de programas prontos, vindos de outras TVs de cunho comunitário, e que eram disponibilizados em uma única sala.

Foi após um ano de atividade que ela começou a se expandir, primeiramente com a ajuda de amigos e voluntários, e depois, com os equipamentos que foram sendo comprados com empréstimos através do BNDES, segundo os diretores da TVV, Werinton Kermes e Monica Marsal, em entrevista para esta pesquisa.

Nos dias atuais, a TVV ocupa salas em um andar superior de um prédio de dois andares, no centro de Votorantim, o mesmo prédio no qual iniciou as suas atividades, mas ao invés da única sala utilizada em 2009, conta com cinco salas e atua com equipamentos de jornalismo avançados. O estúdio, utilizado para programas ao vivo e para gravação, trabalha com uma equipe de profissionais que envolve estagiários e voluntários, em setores como administração, recepção, telefonia, técnicos, jornalistas, repórteres, mídias sociais, produtores e apresentadores, que executam a programação ainda quase toda ao vivo por praticamente o dia todo.

A TVV, localizada em Votorantim, parece estar crescendo proporcionalmente ao desenvolvimento da cidade, que vem ganhando destaque na região metropolitana de Sorocaba, atraindo investidores de grandes redes de *fast food*, como McDonald's e Subway, além de um grande shopping e redes de supermercados. Silva descreve este cenário:

É neste contexto de expansão urbana, com conseqüente explosão imobiliária, especialmente de condomínios e shoppings, acompanhado de mudanças das atividades de mineração e indústria para a prestação de serviços e comércio, que a TVV – TV Votorantim, valendo-se da Lei Federal nº 8.977/952, inicia suas atividades, desde outubro de 2009. Ela ocupa um canal disponível na TV a cabo da cidade, operada pela empresa Supermídia, o canal 10, o que originou o slogan “TVV, o canal que é 10”. Durante aproximadamente quatro meses, a programação da TVV era exibida graças a um aparelho de DVD e uma coleção de curtas

metragens e documentários, que se revezavam ao longo de uma grade diurna. (SILVA, Carlos, 2013a, p. 191).

A partir do primeiro levantamento realizado por Silva, Carlos (2013a), ao se verificar a programação do primeiro semestre de 2016, de acordo com a grade exposta no site da TV (www.tvvotorantim.com.br), percebe-se a manutenção de uma grande diversificação, e também se referenda o apontamento de Silva sobre a transitoriedade de muitos programas, pelo fato de se tratar de conteúdos produzidos de forma independente, com apoiadores culturais para cada programa, que funcionam por temporadas.

Silva, Carlos (2013a) expõe que, naquela ocasião, com o agrupamento realizado, era possível se observar que estavam em primeiro lugar na grade de programação, do ponto de vista quantitativo, os programas de Música e Entretenimento (20), seguidos pelos Religiosos (11). Em seguida vinham os de Prestação de Serviços, com ênfase em Política, Justiça e Cidadania, em terceiro lugar (8). Silva, Carlos observa, que, “três dos programas inseridos em Prestação de Serviços poderiam figurar na categoria de Jornalísticos, por se dividirem entre a Prestação de Serviços e o jornalismo propriamente dito: Votorantim Verdade; Justiça Cidadã e Debate dos Fatos, este último o mais jornalístico entre os três (2013a, p. 194). Em quarto lugar aparecem os programas classificados como de Cultura, Conhecimento e Educação (6), “próximos de Negócios, em quinto (4). Meio ambiente / Animais; Sociedade, Moda e Estilo; Infantil / Juvenil e Saúde (2) ficam empatados em sexto, e por último aparece o Esporte (1), em sétimo lugar” (SILVA, Carlos, 2013a, p. 194). Silva ressalta, porém, que “a quantidade de programas na grade não equivale à audiência destes junto ao público, na percepção da diretoria da TVV. A audiência é constantemente aferida por meio de telefonemas, e-mails e mensagens instantâneas dos espectadores” (idem). Para a autora, desperta a atenção o fato de que os programas com mais audiência sejam: “as transmissões das Sessões da Câmara; o Justiça Cidadã, apresentado por José Augusto de Barros Pupin, delegado de polícia. Também detêm grande audiência e popularidade os programas de radialistas conhecidos na cidade e na região” (idem). Estes elementos apontariam para a preferência da comunidade por programas nos quais se sente representada, entendendo-os como um espaço de visibilidade e possível resolução para questões cotidianas que a afetam diretamente, em todos os setores, de um buraco em uma rua à saúde municipal, aos debates políticos e até mesmo por reconhecer o vizinho que é músico, a artesã que ensina como confeccionar uma caixa de presente ou o dono da padaria que ensina uma receita nova, além de poder ver a imagem dos radialistas com os quais se identifica há tempos. A comunidade deseja se ver na TV.

Embora possamos constatar que, em relação ao levantamento realizado por Silva, Carlos (2013a), muitos programas tenham deixado de existir, dando lugar a outros, o quadro se mantém praticamente estável, com Entretenimento, Religião, Prestação de Serviços, como os três primeiros grupos quantitativos, nessa ordem. Merece destaque a manutenção do programa Debate dos Fatos, apresentado pelos jornalistas Luciana Lopez e Werinton Kermes, e objeto de estudo do artigo publicado por Silva, Carlos (2013a). A pesquisadora expõe a prática de um jornalismo que se debruça sobre a própria prática do jornalismo, devido à dinâmica pela qual é produzido. São selecionadas matérias veiculadas por mídias distintas ao longo da semana, sendo que o conteúdo destas matérias deve versar sobre a cidade de Votorantim. Tais matérias são interpretadas, problematizadas e comentadas, de modo opinativo, pelos dois jornalistas. O programa também leva a cada semana um convidado da comunidade local, para, além de debater os temas, ser questionado pelos jornalistas e pelo público, que faz perguntas ao vivo, por telefone. Autoridades são, então, questionadas e informadas de fatos da cidade, ao vivo, e não raras vezes, explicam-se, justificam-se e prometem soluções. O programa dura de 1 a 2 horas, já tendo chegado a até 3 horas interrompidas apenas por pequenos intervalos. Trata-se de um dos programas com maior audiência da TVV, no qual há maior interação da comunidade.

A TV Votorantim não tem como medir sua audiência de forma digital, mas consegue aferir aproximadamente quantas pessoas a estão assistindo através de ligações da população em cada programa. Muitos desses espectadores são atraídos por brindes oferecidos pelos apresentadores, que os recebem de seus apoiadores, procedimento comum – ainda que questionável – em muitas TVs comunitárias.

Os programas da casa trabalham com apresentadores parceiros, que gostam do trabalho comunitário, e aqueles que não exercem outra função a não ser apresentar os programas, não recebem financeiramente por isso; já programas independentes, aos quais a emissora oferece o espaço e horário, destes sim, a TVV cobra um valor mensal para exibição.

A TV Votorantim tornou-se comunitária de fato em 2014, quando, por uma ordem judicial movida pela ACCESP (Associação dos Canais Comunitários do Estado de São Paulo), a operadora, que até então se recusava a cumprir a lei, passa a oferecer o espaço sem ônus. Em 2015, chega uma nova operadora à cidade, a NET. Esta, diferente da anterior, de imediato disponibiliza espaço para a TVV colocar a sua programação, o que resulta no fato da TVV poder ser sintonizada por duas operadoras, sendo na Super Mídia o canal 3 e na NET o canal 6, além de toda a programação poder ser acompanhada online em seu site, [www.tvvotorantim.com.br](http://www.tvvotorantim.com.br). Mas o fato é que é considerada como comunitária por seu diretor,

Werinton Kermes, pela liberdade, segundo ele, que os telespectadores têm para colocar suas ideias e pelo livre acesso ao veículo, sem ser necessário um agendamento prévio para se falar com a equipe de jornalismo, ou até mesmo com a direção, situação quase impossível de ser vista quando se trata de um veículo de massa, de porte nacional, como são denominadas as afiliadas do interior. Outra característica apontada pelo diretor é em relação aos seus colaboradores, que em sua grande parte são estagiários de comunicação.

A TVV atualmente possui um telejornal de dez minutos, veiculado de segunda a quinta-feira, com transmissão gravada e exibida em horários alternados em sua grade. A quantidade de pautas que chega à redação diariamente é bastante grande, através das diversas plataformas como WatsApp, Facebook, telefonemas, e-mails, entre outros.

Para se resolver sobre quais informações serão exibidas semanalmente, a equipe de jornalismo realiza sua reunião de pauta, dando ênfase para os temas relevantes a Votorantim, com exceções para assuntos de outros locais, mas que sejam considerados relevantes pela direção.

Um dos desafios que as TVs denominadas como comunitárias enfrentam é em relação à questão financeira. No caso específico da TV Votorantim, segundo a direção, está o fato de que ela não recebe subvenção ou ajuda dos governos federal e estadual. Ela consegue arcar com seus custos mensais com funcionários, manutenção de equipamento, locação, entre outros gastos, com a soma mensal (e variável) vinda de empresários (apoiadores culturais), do espaço vendido aos programas independentes e a alguns eventos realizados por Secretarias Municipais (esporádicos, como carnaval e festa junina), além das transmissões da Câmara Municipal. Consciente de que um veículo de comunicação é mais livre quando subsiste independente e autônomo, mas também consciente de quanto essa liberdade é mais ideal do que real, o diretor, entrevistado para esta pesquisa, afirma que a TV Votorantim segue diariamente na tentativa dessa liberdade, acumulando erros e acertos e arcando com o ônus de toda a sorte de pressões, anseios, retaliações, processos jurídicos, entre outros percalços. O diretor da TVV afirma ainda que, apesar da abertura que a TVV dá aos fatos da comunidade, com ênfase para a presença de artistas da cidade, à cobertura local dos mais variados eventos, às notícias locais, esse fato não é reconhecido pelos órgãos públicos, e que não há simetria na mesma medida do apoio estabelecido com as mídias de massa. Segundo o diretor da emissora, é lamentável que a questão econômica ainda seja um empecilho para que os canais comunitários se mantenham. Ele afirma que é importante ter uma programação diversificada voltada inteiramente à comunidade, mas também sabe quantos entraves existem para que se possa ter patrocínios em forma de apoio cultural, e que lamentavelmente, esta é uma realidade

não só da TV Votorantim, mas das demais TVs comunitárias do país. Um exemplo é o das transmissões do Legislativo Municipal, que são exibidas todas as terças-feiras, após a sessão acontecer na Câmara. A TVV venceu processo licitatório com a produtora Provocare. Para garantir o direito de filmagem, todo o mês ela recebe um valor, o que auxilia nos gastos mensais, embora esteja muito abaixo dos valores praticados pelo mercado. Trata-se de um valor bastante significativo para a manutenção de um veículo pequeno, mas que oferece várias contradições: necessário, mas insuficiente e abaixo do mercado. Ao mesmo tempo em que o veículo não pode se dar ao luxo de desprezar tal valor, acaba sofrendo pressões do Legislativo, ora por exibir as falas dos próprios vereadores, que não raro se arrependem amanhã do que disseram ontem, ora por ser acusada de dar mais destaque a um, menos a outro.

O exposto leva a outra premissa, a de que, em um veículo de comunicação, seja ele de cunho comunitário ou não, televisivo, escrito, ou via mídia digital, deve haver a imparcialidade. Uma grande frustração dos estudantes de jornalismo, que aprendem a partir do repertório pregado nas universidades, ocorre em função da ideia de que um bom jornalismo deve ter total imparcialidade, com falas de todos os lados envolvidos. Uma vez que os programas jornalísticos devem conter apenas informações e não expressar suas ideologias, como regra estabelecida para o profissional do jornalismo, a imparcialidade é algo de que muito se fala, pouco se aplica e muito se mascara.

Em suma, isso aplica-se na teoria; já em questão prática, conforme afirma o diretor da TVV, em entrevista para este trabalho, não há imparcialidade total, pois as mídias trabalham com seres humanos, sejam repórteres, editores ou produtores, que expressam uma opinião própria nas entrelinhas, ou que seguem o padrão estabelecido pelo veículo ou estipulado pela linha editorial, o que é cobrado pelo apoiador cultural, ou em casos de veículos pequenos, sempre há um envolvimento político que cedo ou tarde é cobrado.

No caso da TV Votorantim, não é diferente. Werinton Kermes afirma que ela trabalha para cumprir seu papel de comunicadora da comunidade, e atua com profissionais que não raro deixam explícitas suas ideias. Um caso claro é o do programa Votorantim Verdade, que tem à frente um apresentador da área jurídica, mas também jornalista, o Sr. Cláudio Dias Baptista, que diante das câmeras expõe sua opinião clara sobre os acontecimentos, seja na educação, política, saúde, entre outros assuntos. Mas cabe também destacar que expressar opiniões e auxiliar na elucidação e interpretação dos fatos é um importante papel do jornalismo, o opinativo. Este papel, o de dar espaço à opinião, é exercido por parte da equipe de jornalismo da TVV, somado aos programas que em sua maioria contam com convidados

da própria comunidade, como presidentes de associações de bairros, vereadores e secretários, e esses têm o direito à fala sem censura ou corte, uma vez que a transmissão é ao vivo. Também não se pode ignorar que um veículo pequeno, ao qual toda a comunidade tem livre acesso, pois diretores, repórteres e demais membros da equipe não apenas trabalham no veículo, mas fazem parte da comunidade, sofrerá pressões de toda sorte, de todos os segmentos e de todas as naturezas, o que pode gerar intimidação, controvérsias e até omissões.

Cabe então, no próximo capítulo, entender a natureza e as singularidades conceituais de uma TV comunitária, do jornalismo público e local, para que, apreendidos estes conceitos, no capítulo último, possa-se passar às narrativas jornalísticas veiculadas pela TVV, a fim de melhor compreendê-las.

### 3. TV Comunitária, jornalismo público e jornalismo local

Para avaliar-se as práticas jornalísticas da TVV, faz-se necessário caracterizar o que é uma TV comunitária e quais os aspectos relacionados ao jornalismo público e local. Entre os aspectos que demonstram a relação de proximidade entre o público e a TV Votorantim, TVV, podemos destacar a facilidade da população em se comunicar com a emissora, a atenção dada aos telespectadores com os problemas de seu bairro, tais como falta de água, a creche que está sem vagas, buracos presentes nas estradas e ruas do município, e a facilidade que a comunidade tem com o acesso direto aos repórteres, pois basta telefonar ou chamar pelo interfone que se é atendido sem agendamento prévio. O mesmo acontece com os diretores da TV, Werinton Kermes e Monica Marsal, que também recebem a comunidade. Mais ainda do querer ser ouvida, entretanto, percebe-se que a comunidade quer ser vista, ou seja, quer estar presente nos programas exibidos pela TVV. Peruzzo explana sobre a participação da população nos meios comunitários:

São os meios comunitários que mais potencializam a participação direta do cidadão na esfera pública comunicacional no Brasil contemporâneo. Eles estão mais facilmente ao alcance do povo, se comparados com a grande mídia. Primeiro, porque se situam no ambiente em que as pessoas vivem, conhecem a localização e podem se aproximar mais facilmente. Processo que é facilitado quando a comunicação se realiza a partir de organizações das quais o cidadão participa diretamente ou é atingido por suas ações (PERUZZO, 2007a, p. 20).

Conforme afirma Peruzzo, um canal, para ser comunitário tem que atender à população, ouvir seus anseios e buscar ajudar. A autora explica que a comunicação popular já passou por diversas denominações, como alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, de acordo com o lugar social, o tipo de prática e as diferentes percepções de seus estudiosos. Porém, afirma que o sentido político é o mesmo:

(...) forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social. No entanto, desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão comunicação comunitária para designar este mesmo tipo de comunicação, ou seja, seu sentido menos politizado (PERUZZO, 2008a, p. 368).

Sobre a participação da comunidade em relação à TVV, também é perceptível, a partir da observação participativa realizada ao longo da pesquisa, que após as reportagens serem veiculadas, discussões são geradas na relação entre a comunidade e a TV, por esta se tratar de

um meio que tentar solucionar o problema ou pelo menos de ouvir aquela comunidade para que, de uma forma ou de outra, notícias veiculadas tragam resoluções para a comunidade, ou se não, ao menos algumas respostas. Nessa interação entre comunidade e TV, é possível encontrar ideais semelhantes aos do jornalismo público em sua fase inicial, nos Estados Unidos. Segundo White (1996 apud PESSONI, 2005, p. 52), o papel da mídia de jornalismo público deveria ser o de auxiliar a comunidade na identificação e solução de problemas, gerando um “senso de comunidade, senso de envolvimento na comunidade”.

A participação da comunidade nas pautas da TV Votorantim vai ao encontro, também, da colocação de Guzzoni:

Um telejornal provoca uma reação, interage com o meio antes, durante e depois desta reação e posteriormente, também responde à ação provocada. Percebemos também hoje que há uma maior participação de “personagens”, de integrantes de comunidades, na construção e estruturação da notícia especialmente no jornal comunitário (GUZZONI, 2011, p. 5).

Peruzzo destaca algumas das principais características de um canal comunitário, quais sejam:

- a) Ter como objetivo divulgar assuntos específicos das comunidades, de movimentos coletivos e de segmentos populacionais ou do interesse público, que normalmente não encontram espaço na mídia convencional.
- b) Usar como estratégia a participação direta das pessoas do próprio lugar na programação e em geral também na gestão do veículo de comunicação. O receptor pode se tornar emissor e vice-versa.
- c) Quem produz, cria, fala, redige, edita, transmite etc. as mensagens não é necessariamente um especialista, o profissional de comunicação, mas o cidadão comum.
- d) Ter como força matriz a meta de contribuir para o desenvolvimento comunitário como forma de ampliar o exercício dos direitos e deveres de cidadania.
- e) Não ter finalidades lucrativas. É autofinanciada, ou recebe doações, além de trabalhar apenas com apoio cultural e não com anúncios publicitários. Há um entendimento de que caso haja excedentes econômicos, esses não devam ser apropriados privadamente, mas revertidos para a sustentabilidade e investimentos do próprio meio de comunicação.
- f) Os conteúdos dizem respeito às necessidades, problemáticas, artes, cultura e outros temas de interesse local, como por exemplo: notícias sobre as atividades de grupos populares organizados, esclarecimentos visando afastar crianças do tráfico de drogas, campanhas contra a discriminação da mulher e das raças, dicas de saúde, informações sobre prevenção de doenças, reivindicações de serviços públicos de uso coletivo e outras informações de utilidade pública.
- g) Nas experiências mais avançadas desenvolve-se gestão do tipo coletiva.
- h) A propriedade pode ser coletiva, individual ou institucional, mas colocada a serviço da comunidade.
- i) Buscar autonomia em relação ao governo e outros grupos de interesse.
- j) Ser dirigida a segmentos específicos da população.
- l) Ter alcance limitado em termos de cobertura, audiência, número de leitores etc. Porém, há exceções dependendo do potencial técnico de transmissão. Com as mesmas características da mídia comunitária existem outros canais, tais como as



rádios educativas e populares na América Latina, cujas transmissões podem adquirir proporções regionais e até nacionais (PERUZZO, 2006a, p. 149).

A autora destaca o fato de que algumas mídias também incorporaram o nome comunitário para usar como marketing, mas vale ressaltar que o sentido da comunicação comunitária de fato é o da sua relação com a comunidade e seus interesses:

Em síntese, a comunicação popular, alternativa e comunitária é expressão das lutas populares por melhores condições de vida, a partir dos movimentos populares, e representam um espaço para participação democrática do “povo” (PERUZZO, 2008a, p. 370).

Além disso, e este como um dos aspectos mais relevantes, é que a TV Comunitária deve possuir um conteúdo que Peruzzo chama de “crítico-emancipador e reivindicativo”, tendo o povo como protagonista, e isto é o que a tornaria um processo democrático e educativo. Ainda segundo a autora, ela deve servir como um instrumento político “das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa” (idem, p. 370). Estes são conceitos, segundo a autora, da comunicação popular e alternativa das últimas décadas do século XX, assim como do início do século XXI (idem, p. 370). Muitos destes conceitos permanecem como pressupostos da relação entre os meios e a comunidade, mas é certo que a convergência dos meios e a maior participação – e possibilidade – de ação dos indivíduos isolados, em função do acesso à produção de conteúdo, vem alterando essas práticas. Neste trabalho, não se pretende abordar estas alterações, mas discutir a comunicação comunitária em essência, ou seja, guiada pelos princípios expostos no início deste capítulo, na visão de Peruzzo.

A comunicação comunitária surgiu, segundo Peruzzo, da necessidade da população em relação a órgãos que a ouvissem, tendo em vista que em grandes empresas de comunicação, o acesso é mais difícil para mostrar o problema da rua, ou o do bairro, por exemplo, aqueles que atingem diretamente a vida diária de cada cidadão. Esse acesso da população aos meios pode também promover o debate entre a população e o veículo denominado como comunitário, gerando um comprometimento de ambas as partes com a promoção da cidadania.

A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos a sua cultura. Os meios de comunicação comunitários e populares, nem todos, obviamente, têm assim o potencial de serem, ao mesmo tempo, parte de um processo de organização popular e canais carregados de conteúdos informacionais e culturais, além de possibilitarem a prática da participação direta nos mecanismos de planejamento, produção e gestão (PERUZZO, 2000, p. 661).

A comunicação comunitária é também conhecida como comunicação “feita para o povo”, na qual a população passa a manifestar seus interesses. Peruzzo extrapola a esfera dos veículos convencionais, elencando até o cordel como uma possibilidade de comunicação comunitária:

A comunicação popular e comunitária pode ser entendida de várias maneiras, mas sempre denota uma comunicação que tem o “povo” (as iniciativas coletivas ou os movimentos e organizações populares) como protagonista principal e como destinatário, desde a literatura de cordel até a comunicação comunitária (PERUZZO, 2008a, p. 375).

Peruzzo também expõe que os canais de expressão e os meios tecnológicos extrapolam não apenas os fins comerciais, mas também as modalidades de mídia usualmente inseridas no contexto social, que, quando não-comunitárias, entendem o público como um receptor, ou, acrescentamos, como um consumidor. Neste sentido, os meios comunitários de expressão exercem um importante papel para tornar as comunidades ativas, oferecendo-lhes um lugar de VOZ:

Engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle dos movimentos e organizações sociais sem fins lucrativos. Em última instância, realiza-se o direito à comunicação na perspectiva do acesso aos canais para se comunicar. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor tão presente quando se fala em grande mídia, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdo. E a participação ativa do cidadão, como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, propicia a constituição de processos educacionais, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do exercício da cidadania (PERUZZO, 2006b, p. 10).

Segundo Peruzzo, a comunicação comunitária pode ser descrita por dois momentos:

quando os desafios estão, por exemplo, na apropriação de instrumentos de comunicação dirigida, tais como pequenos jornais, panfletos, cartazes, faixas, troças carnavalescas, peças de teatro, slides, alto-falantes etc. Oportuno lembrar que os meios artesanais foram os que se mostraram viáveis no período inicial da ação dos movimentos populares. Já no segundo momento, há o empoderamento social das tecnologias mais avançadas de comunicação, que passa pelo videocassete, alto-falante, rádio em frequência modulada, televisão comunitária no sistema cabo e internet (PERUZZO, 2006b, p. 10).

Especificamente sobre as TVs Comunitárias, estas surgiram em meados da década de 70, nos Estados Unidos. Aos poucos se espalharam e hoje estima-se que haja duas mil

emissoras registradas, dos mais variados tamanhos, e que funcionam em espaços muito distintos, desde o fundo de uma igreja a um ou um outro local mais ou menos improvisado, e em sua maioria com mão de obra sem custo, com voluntários. Observando-se as pesquisas de Wainer, é possível constatar que não apenas no Brasil o quadro das TVs comunitárias é cheio de percalços técnicos, mas que permitem uma força social por vezes bastante transformadora:

O orçamento anual (um valor médio de US\$700.000) deve ser suficiente para custear um grupo de funcionários (uma dúzia, por exemplo), pagar todos os custos de manutenção da Estação e ainda comprar novos equipamentos (geralmente uma rubrica em separado). A gestão do canal é feita por um Conselho, não remunerado, representativo da comunidade local. Esse grupo que aprova as regras, contrata o corpo técnico e dá a direção política da organização (WAINER, 2000, p. 37).

A descrição de Wainer permite afirmar que esta realidade é muito semelhante à das TVs comunitárias brasileiras, cuja qualidade técnica e a audiência, também em nosso país, são de baixa qualidade (quase sempre) e de difícil aferição. O autor expõe que os programas com maior ibope tendem a migrar para TVs comerciais. O autor ressalta, entretanto, o caráter social dos meios comunitários:

O significado social e antropológico, no entanto, é tremendo. As mudanças, às vezes invisíveis no atacado, aproximam os gêneros (inclusive com o aumento sensível de mulheres na vida pública); constroem pontes entre comunidades isoladas; integram cidadãos à vida comunitária; elegem prefeitos e vereadores sem recursos, mas comprometidos com os interesses da população; barram empreendimentos imobiliários milionários; aproximam vizinhos de uma mesma comunidade (WAINER, 2000, p. 38).

O que se pode constatar é que hoje um grande número de canais comunitários funciona por cabo ou satélite, e que, associados à internet, conseguem, inclusive, extrapolar o contato local, atingindo esferas regionais ou ainda maiores, ainda que essa possibilidade de acesso não signifique um número gigantesco de pessoas, tampouco se reverta em apoios que permitam investimentos maiores.

Peruzzo explica que a TV Comunitária no Brasil chegou na década de 80, em um momento de batalhas pela redemocratização. Ela recebeu um formato de uma TV livre, caracterizada na maior parte das vezes pelas produções de vídeos educativo-culturais, exibidas em um automóvel, em geral uma perua, ou mesmo transmitindo a programação no meio da rua, em um telão e com o videocassete, de forma itinerante:

No Brasil somente na década de 1990 é que surge a TV comunitária propriamente dita, ou seja, aquela com transmissão regular e que participa do espectro televisivo nacional, na modalidade de canal comunitário, na TV a cabo. A televisão a Cabo é um dos sistemas de transmissão das chamadas TV por Assinatura, ou TVs Pagas. Consiste na transmissão de sinais por meio físico (PERUZZO, 2008b, p. 3).

Os canais comunitários, valendo-se da lei 8.977 de 6 de janeiro de 1995, regulamentada pelo Decreto-Lei 2.206 de 14 de abril de 1997, começaram a operar, como esclarece Peruzzo. O Decreto-Lei mencionado:

estabelece a obrigatoriedade das operadoras de TV a Cabo, beneficiárias da concessão de canais para, na sua área de prestação de serviços, disponibilizar seis canais básicos de utilização gratuita, no sentido dos canais de acesso público, como denominados em outros países. Atualmente são sete os canais de acesso gratuito, pois a partir de maio de 2002 o Judiciário também tem direito a um canal, a TV Justiça, coordenada pelo Supremo Tribunal Federal (PERUZZO, 2008b, p. 3-4).

Guzzoni coloca a busca de um jornalismo que atenda com mais particularidade às comunidades, que anseiam por identificação.

A busca por um jornalismo que se identifique mais com as comunidades vem em uma época em que a sociedade parece ter perdido suas referências com o mundo, onde já não percebe mais uma identidade com o meio em que vive. Na era da globalização, de generalizar exemplos, o homem tem a necessidade de encontrar um referencial que o identifique com o seu meio (GUZZONI, 2001, p. 16).

Para a autora, o jornalismo comunitário vai muito além da prestação de serviços, da apresentação de problemas, configurando-se como um estruturador social: “Além de problemas, o jornal mostra a forma de organização de grupos comunitários, as alternativas e soluções que encontram para driblar alguma realidade, os exemplos que dão com iniciativas próprias ligadas a questões culturais particulares” (GUZZONI, 2001, p.18).

Guzzoni confirma isso ao dizer que “o jornalismo comunitário tem esse papel, de ouvir a população que procura esse meio de comunicação” (GUZZONI, 2001, p. 18). Desta forma, a proposta de um jornalismo comunitário seria a de auxiliar a busca de um modo melhor de vida para grupos específicos, grupos estes que compõem a audiência de um telejornal de caráter comunitário (GUZZONI, 2001, p. 18).

Mas é necessário enfatizar que o termo comunitário não se refere apenas a comunidades carentes, mas sim que comunidade é um grupo com interesses comuns. Paiva define que a comunicação comunitária:

Transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local, não tem fins lucrativos, contribui para ampliar a cidadania, democratizar a informação, melhorar a educação informal e o nível cultural dos receptores sobre temas diretamente relacionados às suas vidas (PAIVA, 2007, p. 69).

Entre os aspectos que caracterizam a comunicação comunitária, um telejornalismo comunitário, de forma mais específica, estão também elementos que convergem para o chamado jornalismo público. É dele que tratamos a seguir.

### **Origem do jornalismo público**

O jornalismo público nasce, segundo Moraes (2011), no final da década de 80, devido ao descontentamento da população com a campanha eleitoral nos Estados Unidos, disputada entre o republicano George Bush e o democrata Michael Dukakis.

Moraes (2011) narra que a fraca cobertura também foi culpa dos próprios candidatos, que usaram técnicas de maior apelo para com o eleitorado. Com isso, a cobertura ficou superficial. Somente ao término da campanha os profissionais da comunicação e donos de empresas jornalísticas perceberam a fraca venda de jornais e a baixa audiência. A credibilidade passou a ficar muito pequena, pois veículos de comunicação estavam fazendo o papel de assessoria dos candidatos, e não o de um meio de informação.

Dessa maneira, em 1988, as empresas e funcionários passaram a ter um olhar mais reflexivo sobre como divulgar as notícias de forma que interessasse ao leitor. Os candidatos passaram a mudar suas estratégias também. O jornalismo público não ocorre imediatamente após as eleições, mas tem como berço essa fase.

Moraes (2011) explica que o jornalismo público passou a ter o espaço de um quinto das publicações norte-americanas.

A queda na credibilidade da imprensa é outro fator frequentemente associado às origens do jornalismo público. O índice de confiabilidade dos jornais dos EUA já estava em queda, mas o período mais intenso desse decréscimo ocorreu entre os anos 1988 e 1995, quando o índice caiu de 51 % para 21%, de acordo com a empresa de consultoria de pesquisa de opinião pública da Yankelovich Monitor. A mesma pesquisa mostra que as emissoras de televisão e as revistas também perderam credibilidade (MORAES, 2011, p. 14).

Com o objetivo de aumentar a audiência e vendagem, a situação começou a se modificar. Alguns escritórios de comunicação fecharam e outros mudaram os seus segmentos, em alguns casos essa modificação se deu até nos mais sensacionalistas. Nesse período também surge o canal a cabo CNN, que transmite notícias 24h por dia.

Essa mudança também se deve à falta de anunciantes nos veículos e à perda de leitores jovens, o que iria prejudicar o futuro dos negócios, como coloca Moraes (2011), e como consequência, havia também uma perda de jornalistas profissionais, que perceberam a falta de comprometimento com a população.

Outro fator que incentivou os norte-americanos a praticarem o jornalismo público não foi o aspecto financeiro, mas a motivação a votar, já que o voto não é obrigatório. Com esse trabalho, a intenção era escolher o melhor candidato, que lutasse contra a pobreza, drogas, entre outras questões sociais. Segundo o estudo de Moraes (2011), essa é uma prática do jornalismo público, que contém as seguintes características:

- 1- Matérias mais longas, escritas por membros da redação e localmente orientados.
- 2- Focam mais atenção em questões substantivas de orientação política do que em eventos políticos isolados.
- 3- Relatam mais sobre soluções para os problemas investigados
- 4- Enfatizam as posições dos candidatos referentes a questões públicas, qualificação para o cargo público e registro de sua orientação política.
- 5- Diminuem a ênfase nos eventos e estratégias de campanha dos candidatos e nas suas técnicas de gerenciamento de imagem
- 6- Retratam menos cobertura com enquadramento do tipo corrida de cavalo e análise de pesquisas e intenção de voto, com foco em “quem está à frente e quem está atrás” (HASS, 2007 apud MORAES, 2011, p. 62).

Moraes (2011, p. 63) descreve que o jornalismo público deve conceder mais espaço à participação dos cidadãos, que devem ser fonte de notícia, em oposição à grande presença de fontes oficiais - característica do jornalismo tradicional.

Com base nos estudos de Moraes, elencamos aqui alguns pontos que demonstram a interação com o público: 1) os veículos de comunicação abrem espaço para a população sem um agendamento prévio, procuram ouvir e atender a essa demanda. 2) Fazem mapeamento de onde possam surgir assuntos que estejam ligados à população, como associações de bairro, feiras, associações não-governamentais, entre outros. 3) Os veículos de TV ou jornais costumam deixar um espaço separado ao público para expressar suas inquietações; assim, temas de assunto de uma maioria daquele bairro podem ser debatidos. 4) O jornalismo público tem a obrigação de prestar um serviço de utilidade pública, que seja um benefício para aquela comunidade, como se fosse uma prestação de contas. Em outras palavras, este serviço não deve consistir apenas em denunciar um problema, mas deve auxiliar na resolução daquilo que foi apontado pelo veículo de comunicação, ou seja:

Para estimular a prática cidadã, as notícias trazem informações que contribuam para a orientação e a mobilização do público, ao mostrar como as pessoas podem se envolver com as discussões públicas, indicam a que instituição recorrer para solucionar determinada questão e disponibilizam contatos de órgãos estatais e organizações cívicas locais (MORAES, 2011, p. 74).

O jornalismo público deve ser atuante na democracia e na resolução dos problemas apontados pela comunidade. É importante ressaltar que não se deve confundir essa prática do jornalismo com assistencialismo ou filantropia, como esclarece Moraes (2011, p. 76).

No Brasil, no início do século XXI, essa prática jornalística é tratada como jornalismo “cívico” ou “público”, e é regida pelo trabalho com o interesse público, pois narra as informações que o repórter obtém na rua, seja na hora da sua pauta, ou quando a equipe é procurada através dos diversos meios de envio de mensagens. Apesar disso, ainda não há aqui no Brasil uma definição tão clara. Para Machado e Moreira (2005, p. 119), o jornalismo público é confundido com o que se realiza por veículos estatais. Mas, para as autoras, quando uma empresa jornalística realiza campanhas relacionadas a temas sociais, à formação de cidadania, ou mesmo quando discute problemas comuns como questões de trânsito ou sobre a violência, poderia ser considerada como praticante de uma categoria do jornalismo público. Assim, haveria uma forma de mediação, entre as necessidades da população e os responsáveis por solucioná-las, da parte dos veículos de comunicação.

Quanto aos critérios de noticiabilidade no jornalismo comunitário, Campanha (2014) explica que os veículos de comunicação têm um modelo específico de noticiar, conforme a necessidade e procura da população, buscando ouvir, e, se não conseguir resolver de imediato a inquietação, ao menos procurar resolver, até que uma solução exista. Isso sem deixar de trabalhar com os conceitos básicos de jornalismo, ouvindo os dois ou mais lados em questão.

As concepções essenciais do movimento reportam para críticas e ressalvas dos propósitos eminentes dos projetos de jornalismo público. As experiências procuram reforçar as práticas jornalísticas essenciais de vínculo com a sociedade e o interesse público, recuperando o papel social da mídia (CAMPANHA, 2014, p. 26).

Mas também existe muita crítica a respeito dessa prática do jornalismo. Campanha (2014) coloca que alguns veículos de comunicação utilizam esse trabalho para melhorar a própria imagem, que muitas vezes não está boa, e com esse trabalho, conseguem envolver mais a sociedade, conseguindo mais vendagem dos jornais e audiência para os programas.

Ainda no que se relacionam as ressalvas ao movimento, alguns autores atacam o modelo de captação dos assuntos a partir de reuniões de pautas com a presença do

público. Ao adquirir sugestões de notícias em encontros com os leitores, assim como sugerem os defensores do jornalismo público, as críticas direcionam para as possibilidades de desencontros/confrontos de interesses de editores e a comunidade, de modo que o jornal apresenta padrões organizacionais regidos por uma linha editorial (CAMPANHA, 2014, p. 27).

É preciso alertar, entretanto, para o fato de que não existe um jornalismo puramente desinteressado. E mesmo quando se atende a uma demanda da comunidade, há o risco de que haja um interesse particular:

A crítica, então, dirige-se precisamente ao fato de que, quando o jornalista público acredita ingenuamente estar construindo uma agenda pura, genuinamente relacionada aos interesses da comunidade, nada mais faz do que promover visões ligadas de alguma forma a propósitos particulares (ROTHBERGH, 2011 apud CAMPANHA, 2014, p. 27).

Isso também se deve à falta de transparência de alguns meios de comunicação, que não deixam especificado o seu modelo de atuação. Outra característica que não condiz com as normas de jornalismo é a aproximação que os jornalistas acabam tendo com a população, envolvendo-se nos casos. As críticas recaem também sobre a forma de manutenção financeira usada pelas instituições.

Como empresas privadas, os veículos jornalísticos demandam patrocinadores e recursos para se manterem ativos, sustentar os desafios diários de circulação das informações. A seleção de notícias coincide com os interesses institucionais, combinando com aos financeiros (CAMPANHA, 2014, p. 29).

No entanto, se bem resolvidas as questões que colocam em risco a validade do jornalismo público, esse pode ser o meio de comunicação legítimo e de grande valia para a ação comunitária em benefício da maioria.

Voltando à denominação “jornalismo público” ou “cívico”, para Lima e Mota haveria a característica de aprofundamento na abordagem dos fatos:

Nota-se que há uma disposição de determinados veículos, principalmente os que fazem parte do chamado campo público (no sentido de serem mantidos pelo Estado), em não explorar os fatos ressaltando seus aspectos dramáticos e sem profundidade, mas em produzir informações que instruem e orientem o público a exercer sua cidadania. O campo público se mostra, desse modo, o ambiente mais propício para a emergência de uma nova prática jornalística baseada nos pressupostos do jornalismo cívico; por não se encontrarem atrelados à lógica de mercado, tais veículos estariam livres para abordar temas que se distanciem da espetacularização e de uma abordagem descontextualizada e superficial (LIMA e MOTA, 2014, p. 34).



Quando vamos falar em jornalismo público ou cívico, segundo os autores, duas dificuldades são apontadas: a primeira é a deficiência quanto à disponibilidade de bibliografia sobre o tema, e outra está “no âmbito da prática profissional, já que no Brasil os exemplos de veículos que adotaram esse tipo de jornalismo são incipientes” (LIMA e MOTA, 2014, p. 26).

Sodré de Moraes (2011) aponta que emissoras como a Rede Minas, a TV Brasil e a TV Cultura afirmam que seus noticiários adotam o jornalismo cívico. Luiz Martins da Silva (2006) acrescenta o exemplo da TV Futura, uma emissora que possui todas as características de um canal público, embora seja resultante de um consórcio de empresas, e desempenha um papel na atuação do jornalismo em seu viés educativo. Essa realidade mostra, de acordo com Silva, que a prestação de um serviço público não necessita ser disponibilizada apenas por um órgão estatal ou governamental (LIMA e MOTA, 2014, p. 35).

Entretanto, pode-se afirmar, como colocam os autores Lima e Mota, que se no Brasil não há um jornalismo público ou cívico na totalidade do que significam esses termos, também não há uma rejeição completa sobre essa prática de trabalho jornalístico. Outro ponto importante a se esclarecer é que o jornalismo cívico como estratégia pode soar utópico, uma meta inalcançável em seu todo, como também pontuam Lima e Mota, pois se trata de uma prática que requer mais do que domínio técnico, envolvendo conhecimentos da área de humanidades: “Jornalistas que saem das universidades conscientes do seu papel (conscientes de que antes de serem profissionais são também cidadãos) podem gerar significativas mudanças na realidade da profissão” (LIMA e MOTA, 2014, p. 36).

Os autores ainda esclarecem que essa prática é recém-nascida e que carece de discussões e aperfeiçoamento. Por se tratar de um tema que ainda exige muito debate, a universidade é o local ideal para esta discussão, por ter a oportunidade de formar novos profissionais que se interessem pelo exercício crítico e ético da função, portanto, é apontada como local no qual o jornalismo público deve ser pensado e aprimorado. Quanto ao futuro do jornalismo público, afirmam:

O jornalismo cívico, enquanto filosofia e movimento, pode conter falhas e ser alvo de críticas de diferentes teóricos, mas é necessário que assim seja; afinal, o debate enriquece de maneira grandiosa a Ciência. Pode não ser, e nem deve ser, a “salvação da lavoura”, mas o jornalismo cívico é a prova de que ainda existem mentes pensantes, incomodadas, inquietas, resistentes à ordem vigente e que buscam trabalhar por/em uma profissão que exerça, na prática, seus valores e princípios (LIMA e MOTA, 2014, p. 37).

Iriarte (2015, p. 1) “explica que o jornalismo público tem como objetivo ‘despertar’ uma tomada de consciência coletiva para identificar problemas e combatê-los, o que só será

possível a partir do momento em que causas sociais e comunitárias se tornarem de interesse do público”. Nesse sentido, concordamos com o autor, que ainda afirma que esse processo é um meio de “possibilitar um espaço de discussões justo e democrático e facilitar aos cidadãos a tomada de decisões sobre assuntos públicos” (idem, p. 4), e que pode ser um exemplo de como o trabalho jornalístico vem sendo repensado.

Ao ligarmos a TV em um canal, é comum nos depararmos com os noticiários mostrando roubos, assassinatos, corrupção, e cada vez menos encontramos programas que mostrem problemas de uma determinada comunidade, sem um apelo sensacionalista, como forma de conquistar certa audiência. Para Iriarte (2015, p. 5), entretanto, há “iniciativas de diversos jornais emergindo para manter maior proximidade com seus públicos e agir ativamente em comunidades, mas sem importar o modelo estadunidense”. Um exemplo de TV que atua nessa modalidade, no Brasil, segundo o autor, é a TV Cultura:

Primeiro veículo de comunicação do Brasil a assumir os fundamentos do Jornalismo Público. No ano de 2000, a emissora adotou essa prática como política editorial para seus telejornais diários e dois deles foram moldados especialmente para a proposta: o noticiário Matéria Pública, veiculado à tarde, e o Diário Paulista, transmitido à noite (IRIARTE, 2015, p. 6).

Ainda segundo Iriarte (2015, p. 6), “o manual de jornalismo da TV Cultura, se compromete a tratar o telespectador como cidadão e fomenta a importância de dar continuidade àquilo que foi noticiado aprofundando mais o valor informacional”. E continua, destacando que, além disto, há a necessidade de mudança na forma de pensar da própria audiência, já que os cidadãos são resistentes ao debate político, bem como os profissionais do jornalismo, que também relutam, por vezes, em aceitar a necessidade de mudanças:

Por se tratar de uma nova maneira de pensar o jornalismo, é natural que haja relutância de jornalistas já consolidados na profissão quando se trata de jornalismo público. Por vários motivos o modelo de democracia participativa tem sido questionado, e por vezes, alvo de severas críticas. A problemática levantada pelos críticos contemporâneos está na dificuldade de pensar a existência de um debate público quando as vozes a se ouvir são muitas e nas eventuais diferenças entre o que pensa o jornalista e o que esperam as comunidades. Outro problema, apontado por Ferreira, está na própria relutância dos cidadãos em participarem nos debates sobre natureza política (IRIARTE, 2015, p. 14).

Com a tecnologia cada vez mais integrada ao cotidiano das pessoas e das empresas, o jornalismo não poderia ficar excluído desta realidade, como mais uma forma de proporcionar a aproximação entre o que se noticia e a população, talvez como elemento facilitador de um

processo para torna-lo público. Assim: “Apesar da resistência que encontra para ser aceito, o jornalismo público é uma evidência autocrítica de que o jornal precisa assumir novos papéis frente à sociedade” (IRIARTE, 2015, p. 8).

Dentre esses papéis, estaria o de engajar a comunidade na solução de seus problemas, por meio do oferecimento de informações que sirvam de instrumentos à população em suas práticas sociais, conforme pondera Campbell (1996 apud PESSONI, 2005, p. 63):

Ao invés de pensar em jornalistas como depositários da força, se pensássemos neles como potencializadores da força? Se pensássemos que no nosso ofício era para aumentar a força da comunidade para lidar com seus problemas? (...) Dando-lhes informação, dando-lhes um modo para pensar sobre si mesmos, falarem de si mesmos, engajar-se nas discussões. Não dizer à comunidade o que fazer, mas aumentar sua capacidade de fazer o que é melhor para a comunidade.

Neste ponto, parece-nos que muitos dos elementos que sugerem a prática de um jornalismo público convergem para os estudos de Peruzzo (2006), quando esta expõe sobre a comunicação chamada popular ou alternativa, como expressão das lutas populares por melhores condições de vida, surgidas dos movimentos populares, sedentos de um espaço de participação democrática. Em ambos os casos, ou seja, tanto no jornalismo público quanto no popular ou alternativo, conta muito esse desejo de participação, a inserção, nas palavras de Peruzzo, do “povo como protagonista” (2006b, p. 6), o que faria desta prática um processo, além de democrático, educativo, com um conteúdo “crítico-emancipador e reivindicativo” (PERUZZO, 2006b, p. 4). Segundo a autora, no século XXI, a comunicação popular e alternativa é dirigida por empresas de pequenos grupos, que aos poucos foram ganhando outra proporção no alcance de público, com o auxílio das tecnologias da informação:

A pressão social provocou um avanço na democratização dos meios de comunicação, o que pode ser identificado no aumento do número de emissores, principalmente por meio dos canais de uso gratuito na TV a cabo, na área do rádio de baixa potência e com a presença crescente de entidades populares na internet. Um bom exemplo é o das rádios comunitárias. São cerca de 15 mil emissoras em funcionamento no País, a maioria das quais opera no formato de rádio livre, sem autorização legal para operar, em grande parte em decorrência dos entraves de natureza política (PERUZZO, 2006b, p. 4).

Desta forma, se tanto a comunicação popular e comunitária quanto o jornalismo público podem ser entendidos de diversas maneiras, guardam em comum a relação com a participação popular, portanto, denotam uma comunicação que tem o “povo” (as iniciativas coletivas ou os movimentos e organizações populares) como protagonista e como destinatário.

Existem duas situações nas quais os processos da comunicação popular e comunitária ficam facilmente visíveis. A primeira delas acontece quando surgem desafios ligados, por exemplo, à “apropriação de instrumentos de comunicação dirigida, tais como pequenos jornais, panfletos, cartazes, faixas, troças carnavalescas, peças de teatro, slides, alto-falantes etc.” (PERUZZO, 2006b, p. 10). Outra, mais atrelada ao contexto das tecnologias ao qual nos referimos anteriormente, envolve, segundo Peruzzo (2006b, p. 10), o “empoderamento social das tecnologias mais avançadas de comunicação, que passa pelo videocassete, alto-falante, rádio em frequência modulada, televisão comunitária no sistema a cabo e internet”.

Assim, o que se pode apontar, na relação entre o jornalismo comunitário e o jornalismo público, é que são formas alternativas para a prática jornalística. Não apenas no que se refere às alternativas tecnológicas, o que muitas vezes faz pensar em processos artesanais, de baixo-custo e não profissionais. Trata-se de uma prática que se coloca como alternativa à hegemonia das grandes empresas de comunicação. Nela, valoriza-se a participação e o protagonismo da comunidade, centralizando-se os seus problemas, sobretudo na aspiração de um papel mediador entre comunidade e poder público. A pertinência desta prática está, sobretudo, em buscar a melhoria da qualidade de vida da comunidade, oferecendo-lhe um espaço de voz e um incentivo ao diálogo, à formação, à educação e à consciência cidadã. Outro aspecto comum destas denominações, quer seja o jornalismo alternativo, popular, comunitário, público ou cívico, é a localidade, importantíssima neste cenário em que facilmente nos chegamos notícias sobre localidades e culturas de todos os pontos do globo, mas que não raro ocultam aquilo que se passa em nossa rua, em nosso bairro, em nossa cidade. É disto que tratamos em seguida.

### **Jornalismo local**

Por se entender que muitas das práticas do jornalismo de caráter comunitário relacionam-se ou convergem para a prática de um jornalismo entendido como local, não se pode deixar de abordar este tópico, porque inferimos que muitas das práticas jornalísticas da TV Votorantim possuem aspectos comunitários justamente por se discutirem assuntos locais.

Quando se fala em jornalismo local, logo vem à mente que este remete a um contexto que trabalhe com as notícias regionais ou locais, que possibilite mostrar as necessidades do bairro, da cidade, de uma rodovia próxima, mas atualmente, além disso, vem se revelando um novo formato, como coloca Peruzzo:

Na prática, o jornalismo local vem revelando algumas tendências. Os laços políticos locais tendem a ser fortes e a comprometer a informação de qualidade. É comum a existência de tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos de donos da mídia (PERUZZO, 2005, p. 78).

Claro que esse problema não se encontra apenas no jornalismo local, pois se trata de uma realidade em quaisquer meios de comunicação; ocorre, no entanto que nesses veículos essas expressões se tornam mais visíveis, por se perceber como mais influente o seu poder sobre os leitores

Um instrumento bastante usado, nesse sentido, em cidades do interior, são os press-releases emitidos pelas assessorias de comunicação dos poderes executivo e legislativo, principalmente, mas também das instituições privadas (PERUZZO, 2005, p. 78).

Outra crítica de Peruzzo é sobre falta de ampla cobertura na apuração dos acontecimentos na imprensa regional e local, devido à mão de obra pequena:

Nessas condições o jornalismo local deixa de explorar seu imenso potencial de trabalhar com a informação isenta e atender a todos os setores que perfilam a vida de uma “comunidade”. Perde, assim, uma oportunidade de mercado, a de trabalhar com competência a informação de proximidade, que é a razão de ser da imprensa local (PERUZZO, 2005, p. 81).

Sobre os aspectos positivos, o jornalismo local trabalha com os acontecimentos locais, e boa parte da população não está interessada apenas em saber o que se passa no contexto nacional e internacional, mas os aspectos relacionados ao meio em que vive.

O conceito reporta-se a uma proximidade situada localmente, num espaço e num tempo territorialmente identificados. Deste modo, esta proximidade da comunidade de lugar, criada na partilha de valores e de um território é também geradora de formas comunicacionais características de que a imprensa regional é um exemplo. Assim, o elemento “proximidade”, integrado na imprensa local, é um fator fulcral para a comunicação noticiosa local (RIBEIRO, 2012, p. 235).

O jornalismo local costuma trazer as narrativas comunitárias e atua na comunidade local, buscando relatar os problemas do cotidiano da cidade, seja aqueles referentes a um pronto-atendimento lotado e sem médico, ou quando busca esclarecimento dos órgãos públicos sobre um problema relatado pelos munícipes.

As TVs regionais possuem uma identidade que as caracterizam como tal: “a imprensa regional é uma realidade que vive com dificuldades, nomeadamente aos níveis económico, de recursos humanos e técnicos, mas que, ainda assim, tem muito potencial” (DUARTE, 2005; BANDEIRA, 2007; SANTOS, 2007; VIEIRA, 2009 apud JERÓNIMO, 2010).

Segundo Marine (2012), nos dias atuais, apesar dos sacrifícios que um jornalismo local enfrenta, tais como a questão financeira, com pouco patrocínio, mão de obra cada vez menor devido ao custo, essa linha de jornalismo tem a liberdade de poder mostrar seu lado para a cidade, do de priorizar o local, com suas reportagens:

A globalização deixou os veículos de cidades médias com a faca e o queijo na mão. O leitor quer tudo sobre todos os tipos de buracos da cidade, não só os viários: a transparência no poder municipal, o destino final do lixo, a segurança, o trânsito, o futebol. Em cima disso os jornalistas constroem as suas bandeiras e decidem as manchetes de primeira página, os editoriais e as principais reportagens. A prioridade é o local (MARINE, 2012, p. 66).

O futuro do jornalismo local, mediante o olhar de Marine, é que não busque apenas matérias que mostrem contextualizar a realidade da cidade, mas que o local, também, pode ser interpretado a partir de uma contextualização em sua relação com os contextos globais.

A notícia local não é mais somente o que acontece na esquina ou no bairro, mas também aquela que ocorre fora da cidade murada e interfere sutil e silenciosamente no cotidiano. É preciso buscar a notícia local que está longe do olhar testemunhal dos jornalistas. Estas são as tendências nacionais e mundiais (MARINE, 2012, p. 66).

Podemos estabelecer uma possível relação entre estes contextos locais e a essência da comunicação comunitária, a partir da visão de Peruzzo, que esclarece que há no Brasil interesses múltiplos que conduzem a gestão de canais supostamente comunitários:

Os programas produzidos localmente representam uma pequena parte da programação, há uma diversidade de padrões de atuação e de programação, dependendo de seus vínculos institucionais, que podem ser fundações vinculadas às universidades e outras instituições de interesse público: gestão burocrático convencional; propriedade privada ou pública; podem sofrer interferências de interesse político partidários ou comerciais comprometendo sua linha de atuação nas comunidades (...) (PERUZZO, 2007b, p. 15).

Apesar de todos estes impasses, não se pode negar a importância dos veículos locais, que convergem para os de caráter comunitário sobretudo por difundirem conteúdos decisivos no cotidiano das populações.

Assim, a exposição de realidades locais, a possibilidade de auxílio da resolução de problemas, a identificação criada com as comunidades, além da participação de atores dos mais diversos segmentos da sociedade local são fatores comuns entre o jornalismo local e o comunitário, ou público.

#### 4. As narrativas jornalísticas da TV Votorantim – TVV

Há inúmeras definições sobre o que caracteriza a notícia. Entre estas, a mais comumente utilizada é a que aparece em Muniz Sodré (2009), no livro *a Narração do Fato*, que a expressa como um acontecimento novo, ao utilizar o exemplo de que se um cachorro morder um homem, isto não se trata de notícia, pois não existe nada de novo no fato de um cachorro morder uma pessoa, porém se um homem morder um cachorro, aí sim o fato se torna noticioso, afinal, essa cena não estamos acostumados a ver todos os dias.

Não é desconhecido de profissionais, e de parte das audiências de um telejornal, que a notícia é uma complexa construção, já que envolve mais do que um simples relato de um fato real. Nela interferem inúmeros fatores, tais como o olhar do repórter, a sua interpretação daquilo que é relevante, a linguagem utilizada, a editoria, os múltiplos pontos de vista envolvidos e interesses de diversas naturezas. Assim, guiar-se para uma prática jornalística ética deve envolver, em primeiro lugar, a consciência de que a construção de um relato do fato envolve inúmeras possibilidades:

Dos jornalistas, por sua vez, espera-se respeito pelas regras deontológicas da profissão, uma aguda noção do que é o interesse público e a obediência às regras de produção das notícias, atributos que são compatíveis com o processo negocial que, as mais das vezes, a relação com as fontes obriga (MARTINEZ et al., 2017, p. 200).

Silva, Carlos entende a notícia como uma dentre as inúmeras possibilidades de se utilizar a narrativa como forma de mediação dos fenômenos humanos pelas mídias. Para se considerar uma produção midiática como narrativa, segundo Silva, Carlos (2013b), há que se considerar fatores importantes, tais como a existência de um enredo, personagens, espaço e um tempo. Benjamin (1982) apud Silva, Carlos (2013b, p. 5-6) discutiu a raridade do saber narrar, apontando para a dificuldade em se encontrar alguém que saiba fazê-lo devidamente:

Ao atualizar os conceitos de Benjamin sobre o narrador, o que se pode perceber no caso do narrador contemporâneo, João da Filmadora, é que a importância do narrar e do narrador, seja em qualquer tempo, está no fato de que a partir das narrativas o homem consegue explicitar, reviver, transformar e criticar o seu próprio viver. E este narrar, na atualidade, faz uso das muitas mídias que se encontram à disposição de um número cada vez maior de usuários e fruidores. Nas narrativas pautadas por João da Filmadora, identifica-se uma fatia de mito e de sensacionalismo, associada à criatividade, ao delírio e à suspensão do cotidiano e que pode ser justificada como notícia, refletindo-se sobre as ponderações de Sodré (2009), para quem a objetividade e a neutralidade jornalísticas são conceituadas e colocadas em questão.



Seguindo com Motta, a notícia pode ser dividida em duas vertentes, assim caracterizadas:

A primeira refere-se ao conceito de meta-acontecimento, tal como utilizado por Adriano Duarte Rodrigues. A segunda, mais interessante do ponto de vista deste artigo, diz respeito à dimensão narrativa das notícias. Nesta perspectiva, as notícias de interesse humano podem ser entendidas como pertencendo à ordem do mito, uma vez que veiculam respostas plausíveis para questões desconcertantes sob a forma de estórias. Nelas, “o real é apenas um vago referente” (MOTTA apud ALBUQUERQUE, 2000, p. 70).

Um dos primeiros escritores a conciliar jornalismo e narrativa foi Walter Benjamin, que afirmava que a narrativa estava em decadência no mundo contemporâneo. “Ele associou o declínio da narrativa à difusão da informação” (ALBUQUERQUE, 2000, p. 71), mas observa que, se para Benjamin a narrativa seria fruto peculiar de sociedades tradicionais, o que a comprometeria no estágio do capitalismo, trata-se de algo contestado por diversos autores, para os quais “a narrativa é uma característica universal e atemporal da humanidade” (ALBUQUERQUE, 2000, p. 71).

Baseando-se nesses autores, pode-se afirmar que a narrativa não está apenas ligada a fatos fictícios, mas também à realidade. O jornalista, ainda que com nuances variadas e profundidade maior ou menor, continua ligado à narração de histórias. Quando as constrói seguindo a base do lead, que determina que as principais informações devem estar contidas no primeiro parágrafo, segundo Albuquerque (2000), dispensa o suspense da narração. O parâmetro da objetividade nem sempre é aquele que fornece uma compreensão dos fatos para os leitores ou telespectadores:

Embora adequadas aos parâmetros profissionais da objetividade jornalística, as notícias apresentadas dessa forma apresentam grandes dificuldades de compreensão para os leitores. O mesmo não acontece com o segundo parâmetro, com base no qual as notícias são entendidas como “histórias”. Notícias apresentadas sob a forma de “histórias” são geralmente mais compreensíveis para os leitores, mas tendem a ser entendidas pelos jornalistas como uma traição aos princípios básicos da sua profissão. Na prática, os jornalistas “escrevem alguns registros, contam algumas ‘estórias’ e muito que é algo de ambos” (ALBUQUERQUE, 2000, p. 71-72).

Podemos observar que as narrativas permeiam, todos os dias, o nosso cotidiano. Ao conversar com familiares, amigos, sobre algum fato, estamos fazendo uma narrativa sobre determinado assunto. Silva e Santos (2015) apontam que a narrativa é possível pela vivência e acúmulo da experiência através do tempo ou através do espaço.

Benjamin (1982) descreve dois tipos de narradores, o tradicional, que conhece em profundidade os fatos e as histórias locais, por nunca ter deixado a sua comunidade; e o viajante, aquele que vem de terras distantes e traz novas experiências (SILVA, SANTOS, p. 2, 2015).

Silva e Trentine (2002) explicam que a narrativa está com o homem desde sua origem, e também colocam a notícia como uma entre as muitas formas contemporâneas do narrar:

A Bíblia, que inclui muitas narrativas, tais como a origem do homem e da mulher, os milagres de Jesus, são exemplos do seu uso na história. Atualmente, podemos citar as novelas, os filmes, as peças de teatro, as notícias de jornal (SILVA, TRENTINE, p. 425, 2002).

Para os ocidentais, as discussões pioneiras sobre narrativas estão em Platão e Aristóteles, como nos contam:

Assim, a narrativa como objeto da ciência nasceu nas Ciências Humanas, mais especialmente na linguística, que é definida como o estudo científico que visa descrever ou explicar a linguagem verbal humana. Na linguística, diferentes correntes desenvolveram-se, tais como a Sociolinguística, que toma a sociedade como causa, vendo, na linguagem, os reflexos das estruturas sociais; a Etnolinguística, onde a linguagem é causa das estruturas sociais e culturais; e a Sociologia da linguagem, que tem como base a teoria dos fatos sociais, dos poderes da linguagem (magia, rituais religiosos, etc) (SILVA, TRENTINE, 2002, p. 425).

Para Albuquerque (2000), a narrativa no jornalismo extrapola a dimensão dos personagens e de suas histórias, pois é importante para a compreensão do fenômeno jornalístico em geral, e não apenas das notícias de interesse humano. Expõe ainda que a narrativa não é apenas um resultado individual, oriundo da imaginação do jornalista que produz a notícia, mas se trata de um produto que resulta de uma habilidade coletiva, compartilhada pelos profissionais do jornalismo, esta habilidade a que se refere são as convenções narrativas empregadas pelos jornalistas nas notícias, que atuam na estruturação das histórias, mas também na delimitação de um campo e de uma competência profissional específica, que é o da autoridade jornalística. Afirma, ainda, que a autonomia interpretativa do jornalismo está particularmente associada a uma redefinição da atividade política e do papel a ser desempenhado pela imprensa nas democracias contemporâneas. Neste sentido, o que podemos acrescentar é que, ao trazer narrativas de cunho comunitário, o jornalismo cumpriria uma importante parte desse papel político.

Os recursos narrativos empregados pelos jornais atuam não apenas no sentido de legitimar como verdade as notícias que eles veiculam, mas também de reforçar a autoridade retórica dos jornalistas, permitindo que eles se apresentem como intérpretes legítimos dos acontecimentos do “mundo real” (ALBUQUERQUE, p. 74, 2000).

Vale dizer que as narrativas, em particular a narrativa jornalística, podem ser uma forma potente de informar, de formar opiniões, sem deixarmos de alertar, ainda com Albuquerque (2000), que são representações sociais nas quais narrador e narrativa se misturam, expondo o conteúdo de forma clara ou mascarada.

As narrativas tem o poder, ainda, de criar um mundo emocionante, seja através de um conto, capaz até mesmo em alguns casos de fazer com que o público sintam-se participante daquele momento, pois é necessário lembrar que ainda que trate do passado, como alerta Silva, Carlos (2013c), a narrativa atualiza a experiência, trazendo-a sempre para o tempo presente.

Portanto, entendendo-se a narrativa como uma potente forma de mediação dos fenômenos, conforme Silva e Santos (2015), delas nos valem na tentativa de compreender as práticas jornalísticas da TV Votorantim. Acreditamos que estas narrativas podem fornecer elementos importantes para compreender se o jornalismo praticado pelo veículo abarca elementos de jornalismo comunitário, público e local. O que pretendemos, daqui para a frente, é que nossas análises possam lançar luzes sobre a natureza jornalística da produção da TVV, discussão de nosso próximo tópico que, esperamos, faça a convergência entre os capítulos anteriores.

### **Análise das narrativas da TVV**

A TV Votorantim não possui um telejornal fixo, como já mencionado anteriormente, porém, no programa exibido de segunda a quinta-feira, às dezenove e trinta da noite, as reportagens produzidas durante o dia são transmitidas. Assim, o apresentador pode interagir com o público através de ligações ou pelo Facebook, principalmente quando o material produzido é de interesse do público, envolvendo temas como saúde, condições das ruas da cidade, creches, saneamento básico, entre outros.

A princípio, o critério de escolha de quais pautas seriam analisadas para este trabalho era referente ao segundo semestre de 2016, com base nas postagens das matérias e no maior número de visualizações, tanto na página do Facebook da emissora quanto no canal do Youtube, tendo em vista que a emissora não tem meios técnicos mais específicos para medir sua audiência. Tal estratégia foi pensada por se tratar de uma pesquisa qualitativa, de caráter

exploratório, com ênfase nas narrativas como forma de mediação, e por se entender que, ao serem disponibilizadas nas redes sociais, as matérias visualizadas podem representar a repercussão das notícias veiculadas pela TVV, conseqüentemente, seu impacto sobre a opinião da comunidade na qual está inserida, tendo-se em vista, ainda, que a TVV divulga as redes sociais como forma de contato, acesso e como fonte de informação sobre o que foi veiculado sobre o cotidiano da população votorantinense. Entendemos também que esse recurso é uma forma de tornar mais duradouro e acessível aquilo que possui uma característica factual e volátil, as notícias sobre a cidade de Votorantim. Entretanto, dentre as matérias mais acessadas, percebemos que poucas se tratavam de narrativas propriamente ditas, por isso, inserimos narrativas produzidas em outro período, e sobre as quais nos debruçaremos com mais profundidade posteriormente.

Sendo assim, como uma primeira fonte de análise do que é produzido pela TVV, elencamos, em seguida, na ordem das postagens mais recentes para as menos recentes, as matérias mais visualizadas nas duas plataformas, ressaltando que não é modificado o modo de exibição do material, ou seja, o conteúdo é o mesmo, independentemente de qual seja a plataforma pela qual é transmitido.

**Junho** – Rainha da festa junina – 613 visualizações.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zcETNNQarrU>

**Mai**o – Tiroteio – 708 visualizações.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hRnAMFHR0gs>

**Abril** – Reclamação de escola – 127 visualizações.

Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=-hr\\_8EE3yoU](https://www.youtube.com/watch?v=-hr_8EE3yoU)

**Março** – Operação polícia militar – 702 visualizações.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4tyuaChcRes>

**Fevereiro** – Abuso sexual de criança – 2.848 visualizações.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RVXK038UgG0>

**Janeiro** – Final da Copa Brasil de Futebol Infantil – 3.006 visualizações.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tURbiji0jc>

Nosso objetivo com a delimitação de um corpus com essas matérias era o de responder à inquietação sobre se as narrativas apresentadas pelo canal apresentariam ou não características do jornalismo comunitário ou público, além do jornalismo local, porém percebemos que selecionar as matérias mais visualizadas não se configurou como uma

estratégia completamente suficiente para a perspectiva das narrativas, tendo em vista que nas matérias elencadas nem sempre existe uma história a ser contada, mas sim que, muitas vezes, nem chegam a ser reportagens, sendo mais bem enquadradas como boletins, pequenas notas, que, no entanto, conseguem despertar a atenção do público.

Para nossas análises das narrativas, então, utilizamos o conceito da narrativa como forma de mediação da experiência (SILVA e SANTOS, 2015). Portanto trata-se da narrativa entendida em uma perspectiva mais ampla e midiática: é um formato utilizado para trazer, por meio das mídias, a experiência cotidiana a uma audiência que poderá interpretar, criticar, reviver o fato narrado. Para nos aprofundarmos nestas formas de mediação, como entendemos as notícias, e para verificar se estas se apresentam ou não como narrativas, amparamo-nos no modelo de análise exposto por Martinez et al. (2017), que destacam os elementos da narrativa: narrador, personagem, tempo, espaço e enredo, e que ressaltam a tendência jornalística de uma ênfase nos personagens como formas expressivas de persuasão. Somadas a este modelo, buscaremos identificar características de jornalismo comunitário, público e local.

Começamos nossas análises com o mês de junho, retrocedendo até o mês de janeiro de 2016. A reportagem do mês de junho se refere à tradicional Festa Junina de Votorantim (<https://www.youtube.com/watch?v=zcETNNQarrU>), que já é centenária. Nela, todo ano é eleita a rainha da festa, a “miss simpatia”, a primeira e a segunda princesa. Trata-se de um evento de grande apelo, pois envolve a comunidade por diversas razões, entre as quais está o entretenimento, mas também a cultura, já que a festa é composta por atrações musicais e um circuito gastronômico. Também há a esfera social, pois entidades filantrópicas e assistenciais participam com a finalidade de angariar fundos para a continuidade de sua prestação de serviços. Sobre o concurso para escolha das candidatas à rainha e princesas da festa, as concorrentes são escolhidas pelas entidades participantes, já que se trata de uma festa beneficente. Apenas por essas informações, já podemos fazer a análise de que se trata de uma matéria que, apesar de não ser uma narrativa propriamente dita, mas sim de trazer aspectos descritivos, resgata narrativas tradicionais, na perspectiva de Benjamin, e interessa por envolver aspectos de um relato de tradição, tradição esta que é bastante comum em outras festas de localidades interioranas; neste caso, a festa pode ser vista como uma prática cultural, que cria laços de identidade e pertencimento em uma dada comunidade. Mas também a escolha da rainha e das princesas compõe uma tradição que envolve uma parte da comunidade. Trazer aspectos tradicionais para a matéria reforça a identificação do próprio meio de comunicação com a cidade. Sobre os elementos narrativos, o cenário é o teatro onde se realiza o concurso da rainha da Festa Junina. As personagens são as concorrentes

(protagonistas) e a comunidade (torcida). Não há um conflito característico das narrativas, mas há um clímax, com a rainha vitoriosa recebendo a faixa em meio às lágrimas. Ela se diz emocionada, e, numa linguagem bastante informal, expõe que “tudo estava dando errado”, e que, portanto, não esperava receber o prêmio, o que não deixa de ser um elemento de surpresa. O foco da matéria se dá nos personagens, com um peso maior para as imagens e menor para o texto do repórter, que mostra a comunidade sem se posicionar, a não ser no início, quando uma série de adjetivos destaca os atributos das concorrentes. A comunidade, transformada em torcida, aparece também de forma destacada, e se dá voz, ainda, ao prefeito, que ressalta a ideia de tradição relacionada ao concurso e à própria festa; se dá voz também a dois jurados e às vencedoras, que em linguagem informal convidam o público a participar da festa e reforçam o nome das entidades que representam. Outro componente importante são as imagens da dança e as músicas caipiras, elementos estes que também se somam à narrativa da tradição. O componente de caráter comunitário na matéria se faz na presença da comunidade e de sua tradição na TVV, e o grande número de visualizações talvez possa ser explicado pelo fato de que há uma grande presença de pessoas da comunidade, quer pelas participantes e jurados quanto pela plateia, que é mostrada ao longo da matéria de seis minutos, um tempo que pode ser considerado longo em se tratando de TV.

Quanto ao mês de maio, a matéria mais visualizada não se trata de uma matéria propriamente dita, mas sim um boletim, no qual o repórter faz uma passagem, em frente à delegacia, sobre um tiroteio que houve no fim de semana (<https://www.youtube.com/watch?v=hRnAMFHR0gs>). Uma possível justificativa para o maior número de visualizações, neste caso, para além do apelo policial, pode estar no fato de que um tiroteio, pela proporção de violência sugerida pelo título, é um fator de grande preocupação para o cotidiano de uma comunidade, já que a afeta diretamente, colocando em risco a integridade dos moradores e, em questão, as políticas de segurança pública. Sobre a matéria, o relato traz uma linguagem bastante convencional, com o repórter em plano americano, na frente da delegacia. Ele é o narrador, trazendo o fato de forma concisa e objetiva, com uma enumeração que merece destaque, uma lista dos armamentos encontrados com os bandidos. Não há maiores aprofundamentos sobre a história.

Seguimos para o mês de abril, com um boletim cujo título chama a atenção por seu apelo social ([https://www.youtube.com/watch?v=-hr\\_8EE3yoU](https://www.youtube.com/watch?v=-hr_8EE3yoU)), pois se trata de uma reclamação vinda de uma escola, no caso, o forro danificado e a falta de ventilador. Aqui, um morador ganha voz, e pode expressar a sua indignação e descaso com a escola do seu bairro. Há a presença da comunidade, mostrada em imagens (da escola e do bairro), e embora o

relato seja feito prioritariamente pelo repórter da TVV, ao finalizar a matéria, ele afirma que a equipe entrará em contato com a Secretaria de Comunicação da Prefeitura na busca de uma resposta sobre a situação denunciada.

Em março, apenas pelo título, “Operação polícia militar”, os sentidos que podem vir à cabeça do telespectador talvez sugiram se tratar de uma ação de policiais contra bandidos, um furto, ou algo do gênero. Mas o que se vê, ao assistir e analisar a narrativa, envolve mais a prestação de serviço, por se tratar de uma ação integrada de vários policiais de municípios distintos que vão prestar serviço à comunidade. Aqui, encontra-se o jornalismo público, porque está informando à população sobre uma ação que irá beneficiar a cidade. O repórter não aparece, e o personagem central é o representante da polícia, o major que explica a operação. A fala do policial é coberta com imagens que ressaltam o grande número de policiais e veículos envolvidos na operação. Não há conflitos narrativos, o que caracteriza a matéria mais como descritiva do que narrativa.

Em fevereiro, foi encontrada uma quantidade pequena de material a ser analisado, menos de 18 reportagens, para o mês todo. A mais visualizada é referente à matéria de razão social e comoção, já que o título colocado é “Menino é abusado sexualmente e o acusado é linchado” (<https://www.youtube.com/watch?v=RVXK038UgG0>). Trata-se de uma matéria cujo tema é de grande impacto dramático, por envolver abuso de menor, no caso, um estupro, portanto, uma situação de extrema violência. A matéria narra o fato sem sensacionalismo, com grande ênfase na prestação de serviços. Primeiramente, o repórter relata o fato de forma concisa. Em seguida, dá voz à delegada, que explica como foram tomados os depoimentos da mãe e da vítima, como se chegou ao acusado, membro da própria comunidade. O repórter acrescenta a informação sobre uma tentativa de linchamento, e, em caráter informativo, expõe a foto do acusado, para que se alguém mais tenha sido sua vítima, que possa fazer a denúncia. Volta à delegada, que destaca a importância de denunciar, bem como o alerta, vindo agora do repórter, com base na fala da delegada, de que não se deve tentar fazer justiça com as próprias mãos. Também se relata parte dos procedimentos técnicos, como exame de material biológico de vítimas e acusado, como elementos comprobatórios do crime. A linguagem é precisa e sem apelo, informa, prestando um serviço à comunidade e demonstrando, na voz da delegada – com o relato completo do fato, com início, desenvolvimento e desfecho, com a prisão do acusado – que o crime tende a ser punido, o que pode representar um benefício à comunidade, mais informada e mais segura, ao ver o criminoso afastado de seu convívio.

No mês de janeiro, na cidade de Votorantim, ocorre um dos eventos mais importantes para o calendário da cidade, a Copa de Futebol Sub 15, na qual meninos entre 13 e 15 anos

participam do campeonato pelo seu time de base, denominado por eles como a escola para o futuro. Os jogadores entendem o campeonato como uma vitrine, um passaporte para a carreira, e esperam sair com um contrato com um clube grande, tendo em vista que tantos outros jogadores começaram a ter destaque em suas carreiras na chamada “Copinha”, como nos casos de Robinho, Neymar, entre outros. Todos os clubes participam, e um meio dos familiares acompanharem como os filhos estão se saindo na rodada é pela emissora, que transmite todos os jogos. A TV Votorantim, nessa época, centra os seus esforços de transmissão sobre esse campeonato, tanto com jogos ao vivo quanto gravados, dando oportunidade aos melhores à participação ao vivo, com entrevistas. A audiência, nessa época, quadriplica, segundo Kermes, diretor da TV. Tanto que ao analisar todas as matérias do mês de janeiro, a que mais teve visualizações foi a final do campeonato (<https://www.youtube.com/watch?v=tURbiji0jc>), e se deduz que os familiares que não puderam estar no estádio, acompanharam pelo canal. Com mais de três mil visualizações, a final entre Coritiba e São Paulo não se trata de reportagem, mas de uma narração de futebol.

Podemos observar, a partir das matérias mais visualizadas em cada mês, que nem sempre o mais visto é o que, em tese, seria considerado o mais importante socialmente, e isso vale para um meio de comunicação comunitário ou não. O telespectador busca aquilo que o interessa, seja por interesse público, por fatores emocionais ou por entretenimento. Martinez (2014, p. 72) aponta, por exemplo, a produção significativa da jornalista Eliane Brum, em ambiente digitais, abordando temas como “lançamento de filmes, palestras, peças de teatro, exposições e livros”. No entanto, esses assuntos revelam seu potencial de público leitor por possuírem temáticas que mexem com as emoções e com as preocupações existentes na vida em sociedade, “caso do filme *Preciosa*, que aborda a discriminação social de jovens negras e pobres vítimas de abuso sexual e moral na sociedade estadunidense” (idem).

Outro ponto que chama a atenção é o fato de serem matérias curtas, que se contrapõem a uma importante característica do jornalismo público. Sobre isso, são cabíveis apenas hipóteses que demandariam outra pesquisa para serem investigadas, como sugere também Martinez (2014, p. 74): “Uma destas premissas seria a de que a produção de textos mais aprofundados demandaria investimento de tempo e recursos financeiros que talvez não fossem possíveis num ritmo de produção continuada e semanal”. Transpondo para o caso da TVV, a produção de textos mais aprofundados se assemelharia à produção de matérias mais longas. Acrescentamos como hipóteses, ainda, o próprio fator comunitário da TVV: a pequena equipe de jornalismo e técnica, a pouca estrutura de equipamentos, entre outros, podem ser possíveis explicações para que se realizem, em maior quantidade, matérias mais curtas, que necessitam



de menos tempo de produção e edição para irem ao ar, liberando repórteres e demais integrantes da equipe para cobrirem mais acontecimentos da cidade por vez.

Por esse mesmo motivo, o de matérias curtas terem sido encontradas em maior quantidade, optamos por inserir mais duas análises de narrativas produzidas pela TVV, com tempo de duração maior que as mais visualizadas de janeiro a junho de 2016. Trata-se de uma matéria veiculada em 2013 e outra em 2015, caracterizadas como narrativas e produzidas quando tivemos a oportunidade de participar das práticas jornalísticas da TVV, como estagiária, ao mesmo tempo em que cursávamos as disciplinas do Mestrado em Comunicação e Cultura da Universidade de Sorocaba. Estas análises foram realizadas como trabalhos de disciplinas e apresentadas em congressos da área, sem terem sido publicadas anteriormente.

A primeira matéria (<https://www.youtube.com/watch?v=tm19JOhSdto>) trata da história de Rita da Silva, 38 anos, que teve seu bebê trocado na maternidade da Santa Casa (Votorantim/SP) em 2004. Ela foi dar à luz na maternidade e dividiu o mesmo quarto com outra mãe, que também havia dado à luz há poucos minutos. Durante o banho, as pulseiras dos bebês foram trocadas. Rita, cuja pele é escura, ficou com o bebê de pele clara. Houve estranhamento do marido e da família toda, suspeitando até mesmo de adultério. Rita sabia que havia algo de errado e que o menino claro não era seu filho biológico. Ela procurou a Santa Casa e passou por exame de DNA, com o qual foi comprovado que os bebês haviam sido trocados. Após entrar na justiça, a sentença foi dada, e Rita, apesar da condição econômica precária, pode ficar com os dois filhos, devido à rejeição da outra mãe em relação a seu filho biológico, que estava com Rita. O advogado de Rita entrou com um pedido de indenização contra a Santa Casa e a prefeitura da cidade, por danos morais e materiais. Após dez anos, a sentença foi dada, obrigando as entidades a pagar mais de duzentos mil reais para a família. Em relação a esta matéria, podemos perceber componentes que podem remeter a uma prática jornalística local e comunitária, se pensarmos com Peruzzo:

Assim sendo, não basta falar de coisas do lugar para que um meio de comunicação possa ser considerado comunitário, pelo menos não se quisermos falar deles em conformidade com os princípios teóricos de comunidade. Nessa perspectiva, o que mais importa são as identidades, o vínculo e a inserção como parte de um processo comunitário mais amplo, ou seja compromisso com a realidade concreta de cada lugar (PERUZZO, 2006a, p. 7).

A reportagem tinha como fato que a indenização seria paga. O próximo passo era saber como estava a vida da família depois de dez anos. A equipe agendou entrevista com Rita, na sua casa, no Parque Bela Vista, às 14 horas da quarta feira (22). O cenário da casa da

família era um barraco construído há mais de 20 anos, com difícil acesso de veículos. A equipe – repórter e cinegrafista – seguiu a pé até o barraco de dois cômodos, uma cozinha e um quarto, onde vivem Rita e seus 4 filhos.

A entrevista começa com a câmera enquadrada no rosto da mãe, com o cenário de fundo sendo a viela do seu barraco. A mãe abre a entrevista relatando o seu passado e como tudo aconteceu. Emocionada, relata as dificuldades financeiras para sustentar dois bebês e mais duas crianças sozinha, pois quando as crianças ainda tinham seis meses, seu esposo veio a falecer, e ela se viu tendo que pedir muita ajuda.

Em seguida, grava-se com o advogado, contando que foram anos de briga na justiça para que Rita conseguisse ganhar a indenização por danos morais e materiais. E que, após 10 anos, a causa fora ganha, um valor simbólico ainda, relata o advogado, devido a todo o transtorno que a família e as crianças tiveram.

O advogado da Santa Casa, antiga gestora do hospital municipal, também foi ouvido, e afirma que houve um erro e que não há dinheiro em caixa para arcar com a indenização, e quem irá pagar através do acordo solidário será a prefeitura da cidade. A reportagem da TV Votorantim tem nove minutos e vinte e sete segundos, e no final da matéria é relatado por Rita que, apesar das dificuldades da família, seu lar é um lar feliz. O filho biológico, Vitor Hugo, e o adotivo, Giuliano, também dão seus depoimentos. Vitor aparenta ser uma criança feliz e conta que teve sorte em ganhar um irmão; já Giuliano, em sua fala, diz que a sua verdadeira mãe é Rita. A reportagem se encerra com um abraço fraterno da família.

A reportagem dos bebês trocados foi exibida pela TV Votorantim em 25 de abril de 2015. Após isso, pautas nacionais e regionais também a noticiaram, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Repercussão nacional de notícia sobre bebês trocados em Votorantim-SP

Jornais impressos	Data	Emissoras de TV	Data	Portais	Data	Blogs	Data
Gazeta de Votorantim	26/04	Tem Notícias	06/05	Portal Ternura	07/05	Notícias	10/05
Cruzeiro do Sul	02/05	Jornal Nacional	09/05	G1	07/05	Aconteceu	11/05
Estadão	07/05	SBT Brasil	10/05	UOL	14/05		
Folha de São Paulo	14/05	Encontro com Fátima Bernardes	15/05				

Fonte: elaboração própria.

Na TV Votorantim, o tratamento para a reportagem foi de um tempo longo, considerando uma reportagem de telejornal, mas é um padrão da editoria da TVV, priorizar

assuntos que envolvem a sua comunidade, ainda mais em se tratando de fatos que chamam a atenção do telespectador.

Esse tratamento certamente foi dado por estar na cidade Votorantim, e o fato de envolver moradores e entidades da cidade.

No Jornal Nacional, não se vê o mesmo tratamento, pois a reportagem é exibida no sábado que antecede o domingo do dia das mães. Rita foi usada como personagem dessa data comemorativa, com o seguinte tema: “Mãe cria crianças trocadas em maternidade como irmãos”, uma reportagem chamada pela âncora do telejornal daquele sábado, e que tem a duração de um minuto e quarenta e quatro ao total. A reportagem destaca o carinho que os filhos biológico e adotivo receberam, e que hoje já estão completando quase onze anos. No final, comenta que irá receber como presente do dia das mães a indenização. Não são ouvidos o advogado, a prefeitura e nem a maternidade.

Já em um programa também da emissora Globo, Encontro com Fátima Bernardes, o espaço foi maior. Rita e os dois filhos receberam da produção do programa passagens aéreas para irem ao Rio de Janeiro para fazer a entrevista ao vivo. No programa, Rita recebe atenção da apresentadora e conta toda sua história. No dia também participa um psiquiatra, que é indagado pela apresentadora sobre os possíveis traumas que as crianças poderiam ter. Em um ambiente descontraído entre Fátima, a mãe, os garotos, o psiquiatra, e outros artistas convidados do dia, o cenário se desenvolve, em uma conversa que durou quase dez minutos. Uma mesma notícia que ganhou bastante espaço no mesmo canal, mas com tratamentos diferentes. Certamente esse tempo se deve às características do programa, do gênero de entretenimento e que busca fatos curiosos.

Tanto o Jornal Nacional como o programa Encontro com Fátima Bernardes são da mesma emissora, Globo, e ambas deram tratamentos distintos para a notícia em questões de tempo, imagens, locução, trabalho verbal e não verbal, mas há características semelhantes que fizeram com que essa informação valesse, até mesmo por uma questão de audiência, sendo elas a presença da emoção, da superação, da história de interesse humano, da pobreza, da perda, do abandono, da felicidade, da tristeza e das dificuldades.

Cabe notarmos, também, que a história de Rita ganha interesse da mídia nacional na medida em que é uma narrativa de caráter utilitário, proporcionando lições de vida. Dessa forma, é possível fazermos o paralelo com João da Filmadora, jornalista informal da cidade de Monte Alegre, no interior do Estado de São Paulo, que ficou conhecido por levar pautas à mídia nacional com frequência, justamente por ser habilidoso na identificação das histórias

que interessam midiaticamente. Sobre as histórias das quais podem se extrair ensinamentos, descreve Silva (2013b, p. 5):

Benjamin (1982) explica que a narrativa está revestida de uma dimensão utilitária, como um ensinamento moral, uma sugestão prática, um provérbio ou uma norma de vida. Configura-se como um conselho dado pelo narrador, que retira a narrativa da sua própria experiência ou daquela relatada pelos outros. Muitas das histórias pautadas por João possuem este caráter utilitário, trazendo personagens que servem como um exemplo de vida, como no caso de Jorgina, uma mulher sem parte dos braços e das pernas, mas que, apesar destas limitações, realiza tudo em seu dia a dia de forma autônoma.

No caso da TV Comunitária, percebe-se que pautou outros veículos conforme os seguintes fatores levantados: a reportagem primeiro foi noticiada pela TV Votorantim, que teve acesso em primeira mão ao fato da indenização através do advogado de Rita; o contato direto do advogado com o diretor da emissora foi realizado, e sem agendamento conseguiu ter acesso fácil ao veículo; o privilégio dado aos fatos locais, considerados como prioridade pela editoria e direção da TVV.

A TVV trabalha com a aproximação do telespectador e os acontecimentos da comunidade. Essa pauta foi levantada pela editoria da TV como prioridade, por se tratar de um fato inusitado para a cidade, e que mesmo após 10 anos, ainda consegue despertar curiosidade. Chamou a atenção de outros veículos, tanto regionais como nacionais, devido o fato da mãe Rita ter ficado não apenas com o seu filho biológico, mas também com o adotivo. Certamente trata-se de uma pauta que se não tivesse o apelo emocional e a dimensão utilitária, não chamaria a atenção de outros veículos se não o da própria cidade, o que mostra algumas características de TV comunitária, mencionadas nesse trabalho, que também foram repercutidas ou apropriadas pelos veículos de rede, como o uso da linguagem fácil e o tempo dado a essa notícia, de quase dez minutos no programa Encontro com Fátima Bernardes, que, por sua característica de “Revista”, ou de encontro entre apresentadora e convidados, como o próprio nome já caracteriza, foi capaz de incorporar a matéria da mídia local, dando relevo aos aspectos emocionais, morais e inusitados do fato. O que difere a abordagem da matéria local é a intenção: despertar a atenção do público, no caso da Rede Globo, e desdobrar um acontecimento local, dando voz a todos os envolvidos, no caso da TVV. Também merecem destaque, no caso da TVV, o caráter de jornalismo público: pela forma como a notícia chegou

para a emissora, um contato direto da comunidade com o diretor da emissora, no caso, o contato do advogado com o diretor da TV; a repercussão do tema na cidade de Votorantim, perceptível nas redes sociais, por meio dos comentários e das mais de quinhentas visualizações no YouTube; na forma como a equipe foi recebida pela comunidade onde mora a Rita, com o acesso fácil e de exclusividade que a emissora estabeleceu com a comunidade; a presença na reportagem do advogado, que também é da cidade, primeiro pelo veículo de Votorantim, o que demonstra credibilidade na notícia comunitária e a representação da cidade no veículo.

A forma como foi construída a narrativa da reportagem da TVV merece algumas observações: a reportagem é explicativa, abre seu espaço para todos os envolvidos na questão: Santa Casa, prefeitura, Rita, porém não cita que procurou o outro lado, a outra mãe, que segundo Rita e o advogado, abandonou o filho Giuliano. Busca também um apelo emotivo ao telespectador na sua edição, ao colocar trilha emotiva, imagens em câmera lenta para dar emoção no abraço da família, as imagens que vão construindo um cenário de uma realidade pobre, que busca a comoção do telespectador, alimentando até mesmo um certo sensacionalismo.

Ao passo que para a TVV o que importa é o fato de Rita pertencer à comunidade local, o que parece ter pautado os veículos em rede nacional foi a história de interesse humano, de caráter universal, que poderia acontecer (e tocar emocionalmente) a qualquer um, em qualquer tempo e em qualquer lugar.

A segunda reportagem (<https://www.youtube.com/watch?v=hgmYuZO20kI>) foi veiculada em 27 de março de 2013 e é, na verdade, a primeira de uma sequência de três matérias jornalísticas a respeito de um mesmo caso. Teve origem a partir da procura de uma mãe, que procurou a TVV para buscar auxílio para sua filha. A telespectadora foi atendida pelo setor de recepção do veículo de comunicação, e, após, encaminhada para uma conversa com a reportagem. Maria Aparecida Oliveira contou que a filha, Valéria Silva, vivencia o mundo das drogas desde os vinte anos, por influência de um companheiro, usuário desde a época. Explicou que a filha vendeu aparelhos domésticos em função do vício, e que sua neta, quando atingiu a maioridade, preferiu morar longe da mãe, por não mais tolerar a situação. Aos quarenta e um anos, a própria filha resolveu abandonar as drogas. Aparecida, a mãe, já havia procurado por outras formas de ajuda, tais como consulta com o pastor da igreja e tratamentos médicos para a filha, sem resultados. O seu desejo era encontrar uma clínica na qual pudesse internar a filha de forma gratuita, mas até aquele momento não havia conseguido nenhuma resposta positiva. Declarou, então, que depositava sua última esperança na emissora

de TV da cidade, à qual recorreu pessoalmente, ao invés de ligar, pois, segundo ela, sabia que seria recebida. Ao descrever detalhes da história, procurou-se aprofundar a investigação do fato para que se pudesse compreendê-lo mais profundamente. Após a reunião de pauta, foi agendada, na terça-feira, dia 13 de maio de 2013, uma reportagem com dona Maria Aparecida Oliveira, em sua casa, na Vila Nova Votorantim. Às duas horas da tarde, como agendado com a entrevistada, estavam no local a repórter e o cinegrafista, que puderam relatar a situação da dependente química, constatada ao primeiro impacto, graças à aparência fragilizada, com 48 quilos distribuídos em um metro e sessenta, unhas todas roídas, cabelos presos, com um sorriso no qual faltavam dentes, olhar cansado. A reportagem abre com relatos entre mãe e filha, contando das dificuldades de ambas, para situar o telespectador. A entrevista segue com a câmera enquadrada no rosto de Valéria Silva Oliveira, dependente química, que pede auxílio: “Preciso de ajuda para sair das drogas”. Em seguida, inicia-se a narrativa da história, em que a personagem declara desde a venda de aparelhos eletrônicos da casa para suprir o vício até o aborto natural do seu primeiro bebê, ocasionado pelo uso de drogas. A entrevista mostra o relato da mãe, que expõe o fato de que a situação ficou pior quando percebeu que nem mesmo ela, como mãe, conseguia ficar ao lado da filha. Foi nesse momento que decidiu buscar ajuda, e é quando resolve apoiar a filha para que se recuperasse. Na sequência do relato, ocorre uma primeira tentativa de deixar as drogas, que durou três meses. Após esse período, houve o retorno ao vício.

A mãe explica que, como sempre acompanhava as reportagens da TVV, viu no veículo de comunicação um meio para conseguir ajuda. Após essa reportagem ir ao ar, no programa Votorantim Verdade, no dia 14 de maio, às 19 horas, o telefone da emissora contou com várias participações dos moradores da cidade, que ficaram comovidos com o caso, além de 300 acessos no YouTube. No dia seguinte, a diretora da TVV, Monica Marsal, em contato com uma clínica de recuperação, consegue uma vaga para Valéria em Araçoiaba da Serra, SP, para que esta pudesse se tratar gratuitamente. Na quarta-feira subsequente, a dependente recebeu a ligação da reportagem da TVV. E, na sexta-feira da mesma semana, ela vai para a clínica. A equipe da TVV acompanhou a saída de Valéria da sua casa para o local do tratamento, o que gerou a segunda reportagem sobre a história de sua luta contra a dependência química (<https://www.youtube.com/watch?v=GmGgzoPNG-I>). Ao chegar à clínica, a matéria relata a vivência de outras mulheres em recuperação. A reportagem é finalizada com a fala de Valéria contando sobre a perspectiva de sair do vício. Após tratamento da paciente durante seis meses, a equipe ainda recebia notícias por meio da mãe, que ligava, ou da produção da TV, que procurava saber da paciente. Valéria reagiu bem ao

tratamento, e seis meses foram suficientes para que ela tivesse alta da clínica. Após esse período, a equipe de jornalismo foi comunicada da alta, por dona Maria, a mãe, que voltou à TV novamente, para agradecer e pedir para a equipe acompanhar essa nova fase na vida da filha, gerando a terceira matéria (<https://www.youtube.com/watch?v=GmGgzoPNG-I>). A reportagem acompanhou a volta da Valéria para casa, e sua aparência era outra, os cabelos estavam lisos, as unhas, pintadas, o rosto, alegre, a aparência de uma mulher saudável e com vigor para encontrar outros rumos. A TVV acompanhou as três fases da história de Valéria: o início, com a busca por deixar o vício; o tratamento, na clínica; a recuperação, com a volta para casa. Trata-se de uma narrativa, neste caso, com todos os elementos que a caracterizam: um enredo, envolvendo a história de Valéria, levada às drogas por um companheiro. Como protagonista da trama, Valéria encontra um adjuvante (a mãe, e, em seguida, a própria TVV). O antagonista, trazido à tona pelo companheiro de Valéria, é o próprio submundo das drogas, com o qual ela terá de lutar. A história tem um ponto de clímax: quando a filha de Valéria, neta de Aparecida, resolve abandonar o convívio com a própria mãe, por não suportar mais a situação; há a necessidade de um ponto de virada, que é a procura por ajuda. O ambiente se divide entre a comunidade de Votorantim, a casa de Valéria, e a clínica, na qual passará uma temporada até a sua recuperação, também relatada, seis meses depois, pela TVV.

Silva destaca o interesse das comunidades, em um contexto cada vez mais globalizado, para os aspectos locais, especialmente no jornalismo praticado pela TVV e, em particular, pelo programa Debate dos Fatos. Neste sentido, mais do que audiências, a TVV parece ter encontrado, proporcionalmente ao tamanho da cidade e, ao número de assinantes da Supermídia e da NET, e mais que isto, proporcionalmente à sua própria programação, um público, não uma audiência apenas, sobretudo no programa Debate dos Fatos, no qual a participação pública é efetivamente maior, bem como o aprofundamento do fato local, transformado em notícia e depois em discussão, o que, segundo Sodré (2009, p. 57) “seria em princípio um requisito central para o desenvolvimento de uma imprensa de qualidade”, mas que, pode-se afirmar, nem sempre é praticado, mesmo pela grande mídia (SILVA, Carlos, 2013a, p. 198). A partir do relato sobre o caso da dependente química da cidade de Votorantim, constata-se características que conjugam um jornalismo local à TV comunitária. São estes: a) A facilidade de acesso da população ao meio, caracterizada pelo fato de que a telespectadora, após recorrer a instituições distintas – área de saúde, igreja –, identifica a TV como uma possibilidade, talvez a última, de ter voz e visibilidade; b) O contato direto com a equipe de jornalismo, já que a telespectadora chega ao espaço físico onde está localizada a TVV e, ainda que sem um agendamento prévio de horário, por

intermédio da recepção, consegue conversar com a reportagem e relatar o fato; c) o privilégio dado aos fatos locais, considerados como prioridade pela editoria e direção da TVV; d) A confiança da telespectadora em relação à emissora, bem como a sua identificação com histórias semelhantes e apresentadas pela TVV, nos quais figuram personagens e fatos da cidade, com conhecidos e com pessoas muito próximas. Trata-se de um espaço que conjuga o ver e o ser visto – repórteres, cinegrafistas, apresentadores e diretores, que não apenas compõem o quadro de profissionais da TVV, mas também participam da comunidade e de seu cotidiano. E a comunidade responde, participando por diversos canais de contato; e) Ao ganhar voz em questões distintas, a população de Votorantim propaga a TVV como um meio para a solução de seus problemas cotidianos entre a própria comunidade, “boca a boca”; f) A linguagem informal e simples utilizada pela TVV, que aproxima distintas camadas da população.

O meio de comunicação comunitário trabalha com os assuntos que dizem respeito mais diretamente à vida das pessoas, no espaço vivido do seu cotidiano. Sua marca é a proximidade. Outra característica é a facilidade de oferecer respostas. Nos programas da TVV, principalmente nos debates ao vivo, como ocorre com o Votorantim Verdade e com o Debate dos Fatos, coloca-se o poder público em contato direto com a população, com o questionamento direto da comunidade, que, na maioria das vezes, é atendida. Caso se tratasse de um canal de comunicação convencional, certamente a aproximação da comunidade com a emissora não seria de tão fácil acesso, e uma reportagem como a relatada talvez não acontecesse. O impacto do drama de uma mãe que busca auxílio para uma filha, dependente química, traz um peso narrativo que poderia interessar a qualquer veículo de comunicação.

Entretanto, a forma como se construiu a narrativa realizada pela TVV merece algumas observações: a linguagem não é inovadora. No que tange aos aspectos verbais e não verbais (locução, entrevista, edição, planos de câmera), opta-se, inclusive, por uma linguagem fácil, comum, convencional, coloquial, que não escapa, inclusive, à utilização recorrente de histórias de interesse humano que alimentam certo sensacionalismo, e que na maior parte dos casos, busca apenas por audiência. O que difere, neste caso, são os objetivos, tanto da TVV quanto da comunidade: mostrar o drama pessoal, inserido na comunidade local - e que a afeta diretamente. Nesse sentido, apesar de não ser inovadora, a linguagem coloquial é uma essencial estratégia de aproximação com a comunidade. O que conta não é apenas mostrar, mas, ao mostrar, buscar cumplicidade, também comunitária, na resolução do problema. Desta forma, é de extrema importância a abordagem do caso em três etapas: A busca da mãe pela



TVV (o que significa a busca pela internação na clínica de recuperação); a passagem pela clínica e a recuperação, com o retorno para casa.

Assim, talvez se possa afirmar, ainda que pese a influência pessoal e mesmo política da diretora da TVV, contato primeiro com a clínica de recuperação, ainda que pese o interesse do proprietário da clínica em ganhar visibilidade midiática e, ainda que o propósito primeiro das matérias veiculadas, por seu formato de linguagem, não seja educativo ou reivindicatório, mas de apelo comocional, a telespectadora que buscou espaço certamente sentiu-se visível, representada e atendida. Neste sentido, percebe-se características de uma comunicação comunitária, pensando-se nas especificidades descritas por Peruzzo (2003), já que se percebe o objetivo de divulgar assuntos específicos da comunidade. Mesmo no caso da Copinha, apesar de envolver participantes e telespectadores, na verdade webespectadores de todo o país, trata-se de um evento tradicional, que de longa data envolve toda a população, e traz uma das tradições culturais da cidade, o futebol, que se exerce desde as primeiras atividades laborais do município, com os times montados pelas indústrias Votorantim, os campeonatos de futebol de várzea e, posteriormente, o Votoraty, que por um período representou a cidade. Mesmo a Copinha, além dos demais assuntos trazidos à tona com as matérias mais visualizadas em cada mês de janeiro a junho de 2016, não encontram espaço nas mídias convencionais, e o encontram na TVV, em muitos casos, com um tempo bastante fora do comum, significativamente maior, se comparado às mídias convencionais. Há participação direta das pessoas do próprio lugar na programação – autoridades, membros da comunidade, apresentadores, outros líderes comunitários. Tal participação se dá ainda pelos questionamentos e comentários realizados ao vivo, por meio de telefonemas e redes sociais. Em alguns casos, não no das matérias produzidas pela equipe de jornalismo, mas sim no caso de programas produzidos pela comunidade e exibidos nos espaços disponíveis na TVV, nem sempre as matérias veiculadas são produzidas, editadas, pautadas por um especialista. E mesmo na equipe de jornalismo, incentiva-se a participação de estagiários, portanto, de pessoas ainda em processo de formação. Peruzzo (2008b) destaca que a força motriz em um processo de comunicação comunitária deve ser o desenvolvimento da comunidade. Ao apontar problemas, informar, buscar soluções e conscientizar, como se percebe no caso de algumas das narrativas analisadas, a TVV cumpre esse papel.

Sobre a capacidade de gestão autofinanciada, Peruzzo destaca que uma TV Comunitária deve:

Não ter finalidades lucrativas. É autofinanciada, ou recebe doações, além de trabalhar apenas com apoio cultural e não com anúncios publicitários. Há um entendimento de que caso haja excedentes econômicos, esses não devam ser apropriados privadamente, mas revertidos para a sustentabilidade e investimentos do próprio meio de comunicação (PERUZZO, 2006a, p. 9).

A TVV conta com o apoio financeiro resultante da oferta do espaço de programação, cobrado destes programas independentes. Trata-se, portanto, de um processo misto, em que a gestão se dá por meio de uma Associação de Audiovisual compartilhada com uma produtora particular. Sobre o conteúdo, Peruzzo destaca:

Os conteúdos dizem respeito às necessidades, problemáticas, artes, cultura e outros temas de interesse local, como por exemplo: notícias sobre as atividades de grupos populares organizados, esclarecimentos visando afastar crianças do tráfico de drogas, campanhas contra a discriminação da mulher e das raças, dicas de saúde, informações sobre prevenção de doenças, reivindicações de serviços públicos de uso coletivo e outras informações de utilidade pública (2006a, p. 9).

Também neste quesito se percebe que a TVV atende às características de um conteúdo comunitário, tratando de festas tradicionais, reivindicações como a da escola municipal e alertando a população sobre questões de violência que carecem de denúncia para serem solucionadas.

Não se aplicam totalmente as seguintes características apontadas por Peruzzo (2006a), a de que em experiências mais avançadas, desenvolve-se gestão do tipo coletiva. A gestão da TVV é composta por associações de audiovisual, mas seus diretores possuem autonomia nas decisões, sendo que na área jornalística, os processos decisórios cabem ao jornalista responsável, Werinton Kermes, até dezembro de 2016, quando passa a direção de jornalismo à Luciana Lopez. Aplica-se, porém, o que pontua Peruzzo quanto à propriedade, que pode ser coletiva, individual ou institucional, mas que deve ser colocada a serviço da comunidade.

Quanto à necessidade de autonomia em relação ao governo e outros grupos de interesse, responde parcialmente. Apesar de não receber total apoio público, a TVV recebe pela veiculação das sessões da Câmara e por eventos realizados por algumas secretarias municipais, como é o caso da Copinha. O diretor de jornalismo entende que, em que se pese a pressão sofrida pela TV ao exibir as sessões da Câmara, elas são importantes sobretudo por mediar as discussões do Legislativo para a população, que pode acompanhar os projetos e votações de seus representantes.

Peruzzo (2006a) fala ainda sobre a possibilidade de direção a segmentos específicos da população. No caso da TVV, estes estão representados pelas coberturas de fatos relacionados

a cada um dos bairros, mas também aparecem em programas dirigidos a grupos religiosos, mulheres, artistas, estes já fora da esfera do jornalismo produzido cotidianamente pela TVV.

Por último, Peruzzo (2006a) destaca o alcance limitado de uma TV Comunitária, em termos de cobertura e audiência. A equipe cobre os fatos locais, como se pode verificar nas notícias analisadas neste trabalho. O alcance é limitado, mas ganha mais poder de reverberação ao alcançar as redes sociais e a plataforma concomitante da programação exibida pelo site. Pelo exposto, percebe-se que há um grande número de características que permitem afirmar que sim, a TVV realiza uma prática comunitária, não apenas em seu jornalismo, mas em sua forma de gestão e produção / exibição de conteúdos como um todo, mas especialmente, em sua relação com a comunidade, que participa em instâncias diversas.

Pudemos perceber que muitas das características do jornalismo comunitário convergem para o que se chama de jornalismo público, entre estas, a necessidade de participação popular, o domínio da voz da própria população no lugar da soberania de fontes oficiais. Retomamos os estudos de Moraes (2011), que destaca pontos que demonstram a interação com o público. Entre eles, estaria o fato de que os veículos de comunicação abrem espaço para a população sem um agendamento prévio, procuram ouvir e atender a essa demanda. A TVV, como demonstrado nas matérias avaliadas e como apresentado em seu histórico e no seu modo de funcionamento, cumpre esse papel, sendo acessível à participação da comunidade. O autor também pontua um mapeamento de onde possam surgir assuntos que estejam ligados à população, como associações de bairro, feiras, associações não-governamentais, entre outros. Pelas matérias, não se pode avaliar se há esse mapeamento, mas sabe-se que nas reuniões de pauta são trazidos pelos repórteres e direção da TV problemas que foram apontados diretamente pela comunidade. Moraes explica que os veículos de TV ou jornais de caráter público costumam deixar um espaço separado ao público para expressar suas inquietações; assim, temas de assunto de uma maioria daquele bairro podem ser debatidos. Pode-se perceber esse aspecto nas matérias, mas também em programas como o mencionado Debate dos Fatos. Moraes ressalta, por último, que o jornalismo público tem a obrigação de prestar um serviço de utilidade pública, que seja um benefício para aquela comunidade, como se fosse uma prestação de contas. Ou seja, este serviço não deve consistir apenas em denunciar um problema, mas deve auxiliar na resolução daquilo que foi apontado pelo veículo de comunicação, o que também podemos apontar como característico nas matérias avaliadas. Assim, o que entendemos é que, ainda que dentro de alguns limites, a TVV possui em suas práticas características de um jornalismo comunitário e público. Entendemos, ainda, que o que sustenta essa caracterização é a prática de um jornalismo local,

envolvido diretamente com as pessoas da comunidade e seus problemas mais imediatos e urgentes, e que isso se dá por uma cobrança também da população, cujo acesso aos repórteres e diretores da TVV é livre e direto.

## 5. Considerações finais

Com este trabalho, buscamos avaliar parte das narrativas jornalísticas da TV Votorantim, TVV, na busca de compreender como se caracteriza a sua prática, sobretudo, se há a presença de elementos de jornalismo comunitário, público e local naquilo que a TVV realiza. O que a pesquisa nos proporcionou compreender, oferece um quadro que, em alguns aspectos, deixa lacunas nas respostas que buscávamos, mas em outros, mostra-nos muito além daquilo que inicialmente nos propusemos a pesquisar.

Começamos com as conclusões que nos apontam para elementos que vão além das nossas próprias questões iniciais de pesquisa. A descrição do contexto da cidade de Votorantim pode nos oferecer a percepção de uma cidade em transformação. Da dependência da cidade de Sorocaba, tanto nos aspectos financeiros quanto culturais, houve um processo de amadurecimento, no qual Votorantim, aos poucos, mais do que construir sua identidade, foi firmando a sua autonomia, construindo a sua própria tradição e adaptando-se à nova realidade, com administração pública própria, desvio da economia de mineração para um quadro em que o comércio, os empreendimentos imobiliários e a prestação de serviços crescem exponencialmente. Trata-se de um cenário propício à atuação de um veículo local, pois a transformação da cidade não foi acompanhada por uma transformação dos meios de comunicação ali existentes. Neste sentido, a TVV pode exercer um importante papel, já que a autonomia política demanda também inúmeras responsabilidades com o serviço público e as necessidades básicas da população. Também é perceptível que, embora se trate de uma cidade de médio porte, há maior necessidade do que a que havia no passado de uma mediação dos fatos do cotidiano, e a TVV pode exercer um papel importante como intérprete da realidade local.

Sobre a própria TVV, narrar a sua história e descrever o seu funcionamento nos deu a possibilidade de compreender que o veículo se desenvolveu, apesar das inúmeras dificuldades que enfrenta. Nascido com vocação comunitária, por impasses enfrentados com a operadora, a Super Mídia, operou comercialmente, e hoje, é comunitário de fato, contando com mais uma operadora, a NET. Entretanto, por sua dificuldade em subsistir, acaba abarcando a comunidade, que por meio de diferentes segmentos toma o espaço da programação, o que a torna bastante heterogênea e sazonal. Por uma opção dos diretores da TVV, segue com a produção de um jornalismo que prioriza a cobertura local, o caráter comunitário e, em alguns aspectos, público ou cívico. Com equipe pequena, com a participação de estagiários, não prioriza narrativas longas e aprofundadas, mas realiza muitos boletins que destacam o factual.

Em programas específicos, como o Debate dos Fatos, realiza um metajornalismo, de caráter opinativo, com abertura para a discussão do público e convidados, e ali se dá uma prática que insere a crítica, a reflexão, a interpretação e a busca efetiva por soluções, formação e conscientização do público. Outra característica a se destacar é o fácil acesso da comunidade ao veículo, a presença da equipe de jornalismo no contato direto com a comunidade, os canais abertos de comunicação, inclusive por telefone, nos programas, a maioria veiculados ao vivo.

Sobre a análise das narrativas, é possível identificar, nelas, aspectos comunitários e locais, além de públicos ou cívicos. A estratégia metodológica de selecionar as matérias mais vistas no YouTube e Facebook, por um lado, frustrou a nossa expectativa de encontrar boas narrativas, mas por outro lado, apontou para o fato de que, ao mesmo tempo que se pode sugerir que, tendo em vista os títulos das publicações, o público ainda é afoito por um jornalismo caracterizado pelo sensacionalismo, pelo drama, pelo entretenimento, tem-se também a possibilidade de que este público esteja preocupado com a violência, a segurança e as histórias de interesse humano. Não podemos, porém, generalizar sobre as aspirações do público, pelo fato de que não foi possível medir a audiência dos programas veiculados ao vivo, até por não se tratar de uma pesquisa de recepção (que caberia muito bem em estudos futuros). O acesso ao YouTube é universal. Não se pode assegurar, portanto, que todos aqueles que acessaram estes conteúdos são representantes da comunidade de Votorantim.

Conclui-se, portanto, que a TV Votorantim produz boas narrativas e também narrativas mais superficiais. Que possui aspectos de um jornalismo comunitário, quando dá voz a moradores, quando visibiliza precariedades cotidianas que vão desde um buraco na rua, problemas em escola, até dramas pessoais, os quais não poderiam ser exibidos em veículos não comunitários e não locais, aos quais estes moradores não teriam acesso. Os resultados fazem pensar sobre a importância e a necessidade de um jornalismo público mais atuante e de quanto importa a conscientização sobre a necessidade de um interesse (e uma cobrança) maior da população para essa forma de abordagem jornalística.

Destacamos, portanto, a importância dos debates acadêmicos relacionados a este tema, e da necessidade de uma formação que possibilite ao jornalista conscientizar-se sobre o papel do jornalismo comunitário, público e local. Fica registrado o nosso próprio percurso e experiência, pois pudemos acompanhar de perto o quanto certas instituições são engajadas pela comunidade e procuram dar voz e vez a quem quer ser ouvido, ainda que a falta de apoio seja enorme, quer do poder público ou de apoiadores. Com isso, torna-se complicado manter o trabalho que inúmeras vezes é menosprezado e mal reconhecido.

A conclusão deste trabalho, ressalta-se, é resultado da interpretação de um pequeno recorte, e não deve ser tomada como verdade total, mas como possibilidade para o período e corpus estudados, e entendemos que novas pesquisas podem ser feitas e novas conclusões tomadas.

Ressaltamos também a importância de um trabalho de comunicação comunitária ou de jornalismo público, por dar oportunidades a estudantes de comunicação, assim como fomos, de aprender na prática sobre as dificuldades e valores do jornalismo, experiência única aos jovens que sonham com o trabalho em TV.

Por último, sobre a TV Votorantim, o que mais se destaca é que, com contradições, impasses, erros e acertos, segue no cumprimento do jornalismo, sobretudo local, por isso mesmo parece exercer o seu papel público e comunitário: o de não apenas exibir, mas sim buscar soluções para os pequenos problemas do microcosmo cotidiano.

## Referências

ALBUQUERQUE, Afonso de. A narrativa jornalística para além dos faits-divers. **Lumina**, Juiz de Fora, v.3, n. 2, p. 69-91, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facom/files/2013/03/R5-Afonso-HP.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

CAMPANHA, Isabela Careta. **O jornal-mural o expresso à luz do jornalismo público**. 2014. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Viçosa – MG, Viçosa, 2014. Disponível em: <http://www.com.ufv.br/pdfs/tccs/2013/isabelacampanha.pdf>. Acesso em: 30 de agosto de 2016.

CAMPBELL, Cole, **Talks from the project on public life and the press** – seminars at the American Press Institute, 1993- 1997. In: Speaking of Public Journalism. Kettering Foundation, 1997.

GUZZONI, Juliane. A comunidade na TV: uma análise sobre a regionalização da notícia e o processo de participação popular. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2001, Campo Grande, MS. **Anais Intercom 2001**. São Paulo: Intercom, 2011. P. 1-14. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP7GUZZONI.PDF>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

IRIARTE, Yuri Santana. O papel do jornalismo público na consolidação da democracia. In: III Semana de Ciência Política, 2015, São Carlos, SP. **Anais Semana CIP UFSCAR**. São Carlos, SP: Semana CIP UFSCAR, 2015. P. 1-9. Disponível em: <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Yuri-Santana-Iriarte.pdf>. Acesso em: 30 de agosto de 2016.

JERÓNIMO, Pedro. A memória da imprensa regional: análise crítica da preservação e ao acesso de conteúdos digitais. **Páginas a&b**, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 165-181, 2010. Disponível em: <https://pedrojeronimo.files.wordpress.com/2010/09/a-memoria-da-imprensa-regional.pdf>. Acesso em: 19 de dezembro de 2016.

LIMA, Marcus Antônio Assis; MOTA, Flávia Moreira Mota e. Jornalismo cívico como alternativa e ferramenta para uma prática mais social da comunicação. **Pauta Geral**. Ponta Grossa, vol. 1, n. 1, p. 22-39, ago./dez. 2014. Disponível em: <http://177.101.17.124/index.php/pauta/article/view/6243>. Acesso em: 30 de agosto de 2016.

MACHADO, Marcia Benetti; MOREIRA, Fabiane. Jornalismo e informação de interesse público. **Famecos**, Porto Alegre, n. 27, 117 a 124, agosto de 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3328/2586>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

MARINE, Wilson. A força e o desafio do jornalismo regional. **Negócios da comunicação**, São Paulo, ed. 58, p. 66, setembro de 2012. Disponível em: <https://www.magtab.com/leitor/878/edicao/8699>. Acesso em: 19 de dezembro de 2016.



MARTINEZ, Monica. O jornalista-autor em ambientes digitais: A produção da jornalista Eliane Brum para o portal da Revista Época. **Revista Comunicação Midiática (Online)**, Bauru, v. 9, p. 56-77, 2014.

MARTINEZ, Monica et al. Assessoria de imprensa, narrativas midiáticas e saúde: simbiose de fontes, jornalistas, leitores, personagens e afetos. **In Texto**, Porto Alegre, v. 38, p. 197-224, 2017.

MORAES, Bruno Sodré de. **Jornalismo Público: um olhar sobre o Repórter Brasil**. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (PPG/FAC/UnB). Brasília-DF, 2011. Disponível em: <http://docplayer.com.br/13732697-Jornalismo-publico-um-olhar-sobre-o-reporter-brasil.html>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

MOTA JÚNIOR, Vidal Dias da. **Atores, estratégias e motivações na criação de municípios paulistas nos períodos democráticos pós-1946: um estudo na Região Administrativa de Sorocaba**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <http://www2.uefs.br/pgh/docs/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Disserta%C3%A7%C3%A3oBrunoMendes.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

PAIVA, Raquel. **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 203 p. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=vgMApj4kcC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=vgMApj4kcC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 19 de dezembro de 2016.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Cadernos do Noroeste - Série Comunicação - Comunicação e Sociedade 2**, Braga, vol. 14 (1-2), p. 651-668, 2000. Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/viewFile/1427/1358>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo, v. 26, n. 43, p. 67-84, jan./jun. 2005. Disponível em: [http://200.144.189.42/ojs/index.php/cs\\_umesp/article/viewArticle/196](http://200.144.189.42/ojs/index.php/cs_umesp/article/viewArticle/196). Acesso em: 20 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, São Paulo, v. 4, p. 141-162, 2006a. Disponível em: <https://leccufrj.wordpress.com/2010/06/23/midia-local-e-suas-interfaces-com-a-midia-comunitaria-no-brasil/>. Acesso em: 19 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006b, Brasília, DF. **Anais Intercom 2006**. São Paulo: Intercom, 2006b. P. 1-17. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Revisitando%20os%20Conceitos%20de%20Comunicacao%20Popular.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 1-29, jun. 2007a. Disponível em: <https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/201/196>. Acesso em: 19 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Televisão Comunitária**: dimensão pública e participação cidadã na mídia local. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007b. 203 p.

\_\_\_\_\_. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. **Palavra Clave**, Chía, vol. 11, n. 2, dez. 2008a. Disponível em: <http://palavraclave.unisabana.edu.co/index.php/palavraclave/article/viewArticle/1503>. Acesso em: 19 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Televisão comunitária: mobilização social para democratizar a comunicação no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 177-189, jul./dez. 2008b. Disponível em: <http://revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/view/6376/5785>. Acesso em: 19 de dezembro de 2016.

PESSONI, Arquimedes. Jornalismo público americano: o leitor como cidadão. **Revista IMES**, São Caetano do Sul, v. 10, p. 58-68, jan./jun. 2005.

QUEIROZ, João. **Votorantim**: 50 anos de vida autônoma. 2015. 199 p. No prelo.

RIBEIRO, João Afonso Parente. **Informação local e regional num jornal de distribuição nacional** – O caso do jornal Público. 2012. 71 f. Dissertação (mestrado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal, 2012. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70740/2/tesemestjoaoribeiroinformacao000216874.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

SILVA, César. Nossa quase centenária Festa Junina. **Jornal Gazeta de Votorantim**, Votorantim, 2 a 8 de novembro de 2013, p. 14.

\_\_\_\_\_. A vida social no entorno da fábrica Votocel. **Jornal Gazeta de Votorantim**, Votorantim, 13 a 19 de setembro de 2014, p. 21.

\_\_\_\_\_. **Entrevista sobre a cidade de Votorantim**. Votorantim, SP, 2015. Entrevista concedida por e-mail para a pesquisadora Érica Aparecida Domingues.

SILVA, Denise Guerreiro Vieira; TRENTINI, Mercedes. Narrativas como técnica de pesquisa em enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 423-432, mai./jun. 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/1675>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

SILVA, Míriam Cristina Carlos. Debate dos Fatos: Jornalismo opinativo na TV comunitária. **Revista Eptic Online**, São Cristóvão-SE, v. 15, n. 2, p. 189-199, mai./ago. 2013a. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/948/820>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. João da Filmadora e as narrativas midiáticas. **Culturas Midiáticas**, João Pessoa-PB, v. 6, n. 11, p. 1-12, jul./dez. 2013b. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm/article/view/17556>. Acesso em: 27 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. O narrador e as narrativas: entre o fato e o acontecimento. In: XXII Encontro Anual Compós, 2013c, Salvador. **Anais Compós 2013**. Belo Horizonte: Compós, 2013c. P. 1-16. Disponível em: [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_2046.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_2046.pdf). Acesso em: 19 de dezembro de 2016.

SILVA, Miriam Cristina Carlos; SANTOS, Tarcyanie Cajueiro. Peregrinação, experiência e sentidos: Uma leitura de narrativas sobre o Caminho de Santiago de Compostela. **Revista E-Compós**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 1-15, mai./ago. 2015. Disponível em: <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/1198/846>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 287 p.

WAINER, Júlio. Tv comunitária nos EUA. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 6, n. 18, p. 36-40, mai./ago. 2000. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/viewArticle/4462>. Acesso em 20 de maio de 2016.

WHITE, Heidi. **Journalists disagree on how to connect with public**. Alumni News Staff. Winter, 1996, v. 7, n. 1. Disponível em: <http://journalism.unl.edu/an/winter96/civic.html>, acesso em: 29/4/2004.